



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL – UEMS
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PONTA PORÃ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
SISTEMAS PRODUTIVOS – PPGDRS**

SILVANA PIVA

**POR OUTRO DESENVOLVIMENTO: UMA ABORDAGEM DA
MENTALIDADE SOCIOECONÔMICA DO NÚCLEO DE RESISTÊNCIA
ELDORADO DOS CARAJÁS**

**PONTA PORÃ – MS
2018**

SILVANA PIVA

**POR OUTRO DESENVOLVIMENTO: UMA ABORDAGEM DA
MENTALIDADE SOCIOECONÔMICA DO NÚCLEO DE RESISTÊNCIA
ELDORADO DOS CARAJÁS**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de Ponta Porã, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos.
Linha de pesquisa: Dinâmicas do Desenvolvimento Regional.

Orientador: Dr. Fabrício Antônio Deffacci

PONTA PORÃ – MS

2018

P764pPiva, Silvana

Por outro desenvolvimento: Uma abordagem da mentalidade socioeconômica do Núcleo de Resistência Eldorado dos Carajás/ Silvana Piva. – Ponta Porã, MS: UEMS, 2018.

140p.; 30cm.

Dissertação (Mestrado) – Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Ponta Porã, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Fabrício Antônio Deffacci.

1. Socioeconômica 2. Desenvolvimento econômico 3. Eldorado dos Carajás I. Título.

CDD 23.ed.338.9

SILVANA PIVA

**POR OUTRO DESENVOLVIMENTO: UMA ABORDAGEM DA
MENTALIDADE SOCIOECONÔMICA DO NÚCLEO DE RESISTÊNCIA
ELDORADO DOS CARAJÁS**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de Ponta Porã, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos.

Aprovada em Ponta Porã/MS, 16 de fevereiro de 2018.

Prof^o. Dr^o. Fabrício Antônio Deffacci - UEMS

Prof^o. Dr^o. Carlos Otávio Zamberlan - UEMS

Prof^o. Dr^o. Rogério da Palma - UEMS

Prof^o. Dr^o. Gilson Batista de Oliveira - UNILA

Dedico este trabalho a meus pais Ademir Piva e Cláudia Geibel Piva pelo apoio incondicional e por compartilharem do meu sonho. Ao meu marido João Henrique M. Neves por incansavelmente me incentivar a persistir mesmo nos momentos mais difíceis. Aos meus irmãos Eduardo e Thaíza Piva por estarem sempre ao meu lado. A Loremi K. Moura e Adão Barros por todo carinho.

AGRADECIMENTO

Agradeço imensamente a DEUS por estar sempre ao meu lado em todos os momentos mesmo que em diversas vezes quis fraquejar, obrigada. Sem critérios e grau de importância elenco algumas pessoas e instituições para mencionar minha gratidão.

- Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS por ofertar o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos do qual possuem docentes e técnicos de uma gama de conhecimento incrível.

- Aos membros do grupo Núcleo de Resistência Eldorado do Carajás por me acolherem e me atenderem carinhosamente.

- Ao meu Orientador professor Dr. Fabrício Antônio Deffacci por todo conhecimento passado.

- Aos meus pais Ademir e Cláudia e meus irmãos Eduardo e Thaíza por serem incentivadores de meus sonhos, por estarem sempre ao meu lado, e serem minha base principalmente nos momentos mais difíceis. Minha eterna gratidão.

- Ao meu grande amor João Henrique por aguentar minhas chatices, meus dias difíceis, meus choros e principalmente por dividir comigo todas minhas angustias durante essa caminhada e estar sempre pronto a me dar mão e prosseguir junto a mim. Meu muito obrigado.

- Ao Adão e Loremi por me acolherem como filha e por todo o amor e carinho que me proporcionam.

- A minha amiga que Deus me presenteou nessa caminhada Jorceli de Barros Chaparro por ser minha confidente e parceira em todos os momentos.

- As amigas Gianetti Butarelli, e Raquel Buss pelos momentos de tédios, boas conversas, risos e vinhos.

- Aos Colegas de caminhada do mestrado pelo acolhimento nos momentos das aulas.

- Por fim a todos que de alguma forma contribuíram para a concretização deste sonho. Imensamente grata!!!

RESUMO

A presente pesquisa pretende analisar o que acreditamos ser uma nova forma de desenvolvimento inerente à organização e produção do Núcleo de Resistência Eldorado dos Carajás. O grupo em questão pertence ao maior assentamento em extensão territorial da América Latina – Assentamento Itamarati –, o qual tem 50 mil hectares de terra, estando localizado no Município de Ponta Porã/MS. O grupo enfocado apresenta como peculiaridade a organização coletiva por parte de seus membros, tendo em vista ir além dos princípios capitalistas no campo da produção e da organização socioeconômica. Em um primeiro momento, essa forma específica de organização se apresenta para além dos interesses individuais. Porém, quando observado o grupo demonstra um conjunto de interesses individuais operando na mentalidade social. Logo, essa pesquisa tem como objetivo compreender a forma de desenvolvimento proporcionada pela singularidade da organização do Núcleo de Resistência Eldorado dos Carajás. Para desdobrar tal objetivo, do ponto de vista metodológico, a pesquisa combinou dois momentos, isto é, a interação entre teoria e empiria. No âmbito teórico, buscamos articular um conjunto de conceitos capazes de promover a compreensão do modo específico de organização socioeconômica e, portanto, do desenvolvimento do grupo. Em se tratando da pesquisa de campo, coletamos os dados por meio de entrevistas abertas e observação participante. Os dados obtidos no campo de pesquisa foram analisados a partir do arranjo teórico.

Palavras-chave: Assentamento Itamarati; Desenvolvimento Híbrido; Organização Socioeconômica; Desenvolvimento Regional.

ABSTRACT

This research intends to analyze what we believe to be a new form of development inherent in the organization and production of the Eldorado resistance nucleus. The group in question belongs to the largest settlement in territorial extension of Latin America – Settlements Itamarati -, which has 50000 hectares of land, being located in the municipality of Ponta Porã/MS. The focus group presents as a peculiarity the collective organization on the part of its members, in order to go beyond the capitalist principles in the field of production and socioeconomic organization. At first, this specific form of organization presents itself beyond individual interests. However, when observed the group demonstrates a set of individual interests operating in the social mindset. Therefore, this research aims to understand the form of development provided by the uniqueness of the organization of the Eldorado resistance core. To unfold this objective, from a methodological point of view, the research combined two moments, that is, the interaction between theory and empirically. In the theoretical sphere, we seek to articulate a set of concepts capable of promoting understanding of the specific mode of socioeconomic organization and therefore of the development of the group. When it comes to field research, we collect the data through open interviews and participant observation. The data obtained in the field of research were analyzed from the theoretical arrangement.

Key words: Itamarati Settlement; Hybrid Development; Socio-economic Organization; Regional Development.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Estado de Mato Grosso do Sul (MS)	17
FIGURA 2 – Mapa divisão do assentamento Itamarati I e II e localização.....	21
FIGURA 3 – Divisão dos Grupos do assentamento Itamarati	23
FIGURA 4 – Foto aérea do Núcleo de Resistência Eldorado do Carajás	26
FIGURA 5 – Bloco das horas trabalhadas e relatório mensal.....	27

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Estrutura Fundiária em MS – 1980/2006	18
TABELA 2 – Relação dos Assentamentos Rurais criados em Ponta Porã/MS	19
TABELA 3 – Representação formal das entidades do grupo.....	26

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMFI – Associação dos Moradores e Funcionários da Fazenda Itamarati.

CUT- Central Única dos Trabalhadores

COOPAEC -Cooperativa Agroindustrial Eldorado do Carajás

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura

Ha - Hectares

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NOB - Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

SOCIAEC - Sociedade dos Agricultores cooperados do Núcleo de Resistência Eldorado do Carajás

PRONAF - Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura familiar

Sumário

INTRODUÇÃO.....	9
HISTÓRICO DO FOCO DA PESQUISA	15
1.1 Assentamento Itamarati e N17.....	15
1.2 Aspectos Históricos do Núcleo de resistência Eldorado dos Carajás.....	24
MENTALIDADE SOCIAL DO N17.....	31
2.1 Entre os aspectos ideológicos e utópicos	31
2.2 Indivíduo e coletividade	42
2.3 Conflito político: hegemonia e contra hegemonia	48
3. POR UM OUTRO DESENVOLVIMENTO	57
3.1 O Sistema e o Mundo da Vida	57
3.2 Desenvolvimento e Desenvolvimento como Liberdade	67
À GUIA DE CONCLUSÃO: DESENVOLVIMENTO HÍBRIDO.....	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82
ANEXOS.....	86
Anexo II	97

INTRODUÇÃO

O termo *desenvolvimento* apresenta-se como superficial quando associado de maneira unilateral com crescimento econômico, sendo neste caso deixado em segundo plano o viés social. De modo substancial, desenvolvimento precisa ser observado em relação direta o campo econômico, político e suas implicações no âmbito social.

De acordo com Veiga (2010), até meados da década de 1970, o desenvolvimento era apresentado como sinônimo de progresso material. No entanto, por meio da ótica social a concepção de desenvolvimento não isenta a relevância do crescimento econômico, pelo contrário afirma que há necessidade de recursos e disponibilidade para o avanço no âmbito social. Trata-se dos impactos necessários do desenvolvimento nas diferentes esferas da vida social como, por exemplo, saúde, infraestrutura, lazer. Em suma, o desenvolvimento ultrapassa o crescimento econômico para se concretizar na forma de elevação da qualidade de vida de determinada sociedade.

Andrade (1987) explica que no processo de mudança de ampliação do desenvolvimento a população se torna agente primordial. E o desenvolvimento é o arranjo das transformações de cunho social e mental de um público que se torna responsável pelo resultado de seu trabalho. Este se apresenta como um ponto positivo das ações sociais que resultam em benefícios mudanças orientadas para o crescimento social.

Na esteira desta perspectiva de desenvolvimento, Amartya Sen (2010) entende o desenvolvimento vinculado à liberdade, a qual pressupõe a ruptura das privações e viabiliza a participação dos indivíduos nas esferas da economia, da política e da organização social. Neste sentido, o desenvolvimento deve estar relacionado com a melhoria da qualidade de vida a partir da liberdade concreta que deve ser construída e desfrutada no ambiente social.

Destarte, em meio ao universo social esta pesquisa pretende pensar um modo possível de desenvolvimento a partir de uma realidade socioeconômica circunscrita, a qual pode ser compreendida na interface

entre arranjos teóricos e a empiria. Trata-se, pois, do Núcleo de Resistência Eldorado dos Carajás, o qual em sua singularidade manifesta uma forma específica de desenvolvimento. É de interesse para esta pesquisa compreender tal desenvolvimento. Por se mostrar com gradativa singularidade, principalmente no quesito de organização interna, o Núcleo apresenta como peculiaridade seu modo de organização socioeconômica que se pauta na integração e cooperação de seus membros a fim de encarar as adversidades da vida.

Com base em sua organização promovida de modo intencional, o Núcleo se auto identifica como um grupo pautado no *coletivo*. Esta forma de se identificar remete basicamente ao campo da produção, uma vez que detém cerca de 333 hectares de terra para plantio, o trabalho em grupo pretende alicerçar a partir da dimensão econômica outras esferas da vida social. Em outras palavras, os aspectos de produção, renda, demandas de mercado e trabalho são considerados pelo próprio grupo como base de sua organização. Este traço da mentalidade social do Núcleo comporta os aspectos da solidariedade, da divisão igualitária do trabalho e dos ganhos, fatores culturais na relação adultos, jovens e crianças e na valorização do todo enquanto um complexo vital que se pretende estar colocado para além das individualidades. Neste caso, os indivíduos membros do grupo aparecem como peças fundamentais para sua consolidação e fortalecimento, sendo o individualismo fonte de possíveis conflitos no interior do Núcleo.

É com base neste cenário que o Núcleo de Resistência Eldorado do Carajás que é um grupo de assentados do maior Assentamento da América latina – o Itamarati, constrói uma estrutura de organização singular no aspecto social e econômico, devido essa particularidade foi selecionado como foco e recorte estratégico desta pesquisa. A partir deste momento utilizaremos a sigla *N17* para nos referirmos ao Núcleo. O N17 está localizado a 20 km da área urbana do Assentamento Itamarati e a 74 km do município de Ponta Porã-MS, sendo formado por membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O N17 se insere dentro do maior assentamento da América Latina em extensão territorial

compreendendo um total de 50.000 mil hectares de terras destinadas à Reforma Agrária. A criação N17 tornou-se possível por meio da redistribuição da Fazenda Itamarati, adquirida pelo Governo Federal com o intuito de assentar famílias que viviam nos acampamentos de diferentes movimentos sociais do estado de Mato Grosso do Sul.

Diante do N17 enquanto foco da pesquisa, o objetivo que perpassa o esforço investigativo é *compreender qual é o modo de desenvolvimento promovido pelo grupo. Tendo em vista sua forma específica de organização socioeconômica que pretende privilegiar os aspectos coletivos no âmbito da produção em detrimento das formas estritamente individualistas que em grande medida compactuam com o modo de produção capitalista.*

O percurso metodológico para contemplar o objetivo da pesquisa está construído entre a teoria e a empiria, possibilitando o diálogo constante entre os conceitos e os dados obtidos. Logo, é importante esclarecer os procedimentos metodológicos utilizados. Há o enfoque qualitativo porque existe uma relação mútua entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser expresso em dados numéricos. Em se tratando desta subjetividade, trabalharemos conceitualmente com a concepção de *mentalidade social* advinda do campo da Sociologia do Conhecimento. A mentalidade social do N17 corresponderá ao sentido qualitativo desta pesquisa. Para Dencker (1998) a metodologia do tipo qualitativo está relacionada na observação dos fenômenos sociais de maneira intensa, mediante a qual o pesquisador imerge na ocorrência dos fenômenos. A pesquisa qualitativa é direcionada principalmente em casos que a teoria requer o amparo da empiria para compreender o objetivo proposto. Nesta direção, conforme destaca Godoy (1995, p.58), a pesquisa qualitativa é capaz de obter dados “descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos [...]”

Portanto a presente pesquisa tem esse enfoque de interação da pesquisadora com o objeto de estudo. O interesse de estudar o grupo em

sua profundidade ocorreu quando na época da faculdade na pesquisa de conclusão de curso sobre o Assentamento Itamarati e o viés para o Turismo Rural, contaram-me que o grupo tinha um filosofia de vida diferente dos demais, com isso fui conhece-lo, no campo da pesquisa inicial ele apresenta todas as características de turismo rural e possui como peculiaridade seu modo de organização interna voltada para a mentalidade coletiva, que em meio a isso me despertou a vontade de estudado no mestrado como uma outra forma de desenvolvimento. De acordo com Parra Filho e Santos (2000) a pesquisa perpassa o âmbito da pureza básica e teórica, não tem finalidade pratica, porém é de significativa relevância para o avanço do conhecimento estudado.

Diante do contexto do grupo estudado foi utilizada também a metodologia da *observação participante* que pode ser conceituado por May (2001, p.177) como o processo “no qual um investigador estabelece um relacionamento multilateral e de prazo relativamente longo com uma associação humana na sua situação natural com o propósito de desenvolver um entendimento científico daquele grupo”. Esse mecanismo é um recurso excelente para uma adição mais intensa das representações e práticas vividas pelo grupo estudado, pois fornece ao pesquisador uma análise mais abrangente e especifica do campo, devido inserção constante no dia a dia do objeto de estudo. Essa metodologia se destacou quando foi necessário fazer a ligação entre a teoria e empiria no decorrer do trabalho, enfatizando a proposta.

Em meio ao convívio direto com o N17 tornou-se viável também a obtenção de dados por meio de entrevistas abertas. Denomina-se de entrevista aberta ou também entrevista em profundidade aquela que não recebe de certa maneira estrutura, mais parecida com uma conversa do que entrevista. O acadêmico/pesquisador até possui um roteiro, e acaba por iniciar a pesquisa com perguntas que incentivem a fala espontânea do entrevistado tendo desta forma maior liberdade sobre o assunto abordado. Segundo Dencker (1998, p.104) a entrevista “pode ser a principal técnica empregada ou estar inclusa no processo de observação.

Em geral, nas pesquisas qualitativas, as entrevistas são pouco estruturadas, assemelhando-se a uma conversa.”

Deste modo o autor Haguatte (1997) explica que a entrevista em profundidade possui validade à medida que o pesquisador conheça pouco a realidade do contexto estudado, pois dessa forma não terá de maneira direta tanta interferência com a opinião do pesquisador na investigação. Flick (2009) ressalta também que as entrevistas não estruturadas conferem mais liberdade à conversação entre entrevistador e entrevistado conseguem colher desta maneira informações da realidade, que com a entrevista estruturada não conseguiria, pois, tira do entrevistado a liberdade de expor sua realidade.

Além dessas formas de abordagens utilizamos documentos referentes ao grupo: estatuto do grupo e atas de assembleias. Assim tornou-se possível colher de forma concreta os dados inerentes ao levantamento histórico e de organização do N17. As entrevistas abertas em conjunto com as observações participantes – foram realizadas 10 entrevistas e 10 observações participantes – possibilitaram explorar o campo da pesquisa de forma concreta. Por sua vez, isto contribuiu para o diálogo da teoria com a empiria.

A pesquisa teórica recebeu como recorte de autores a necessidade de conceitos proveniente da abordagem empírica. Realizamos análise de diversos referenciais teóricos em especial neste estudo foram usados alguns autores centrais que através de diversas leituras nos deram embasamento para a compreensão do objetivo central da investigação. Os autores centrais que utilizamos foram: Karl Mannheim que através dos aspectos ideológicos e utópicos deu embasamento para compreender a mentalidade do N17. Para compreender a função do indivíduo e do individualismo na organização social recebemos a contribuição de Louis Dumont. Antônio Gramsci nos ajudou a entender as definições de Hegemonia e Contra hegemonia, as quais contribuíram para a compreensão dos arranjos de poder no N17. Para a compreensão da relação entre competição e solidariedade inerente ao N17 utilizamos a perspectiva de Sistema e Mundo da Vida de Jürgen Habermas. E Amartya

Sen permitiu pensar o desenvolvimento para além das premissas do crescimento econômico com a concepção de desenvolvimento como liberdade.

Diante do diálogo proposto entre a teoria e a empiria para a compreensão da forma assumida pelo desenvolvimento no N17 estruturamos esta pesquisa em três capítulos. No primeiro capítulo abordamos as questões voltadas ao histórico do foco da pesquisa e subdividimos esse capítulo em dois momentos. O primeiro é a apresentação do Assentamento Itamarati, de modo que caracterizamos a transformação e os desdobramentos da Fazenda Itamarati passar a ser Assentamento rural e a divisão da terra para os grupos sociais da região. Já o segundo momento está voltado para a construção histórica do grupo, como surgiu a ideia de montarem um grupo com o viés coletivo, como foi a trajetória para completar a quantidade mínima de pessoas para sua consolidação e o porquê do nome do grupo.

No segundo capítulo, trabalhamos a mentalidade social do N17 é partir desse momento que começamos a conversar teórica x empiria. Troucemos os aspectos ideológicos e utópicos da parte teórica e fizemos a relação deles com o objetivo de estudo mostrando quais elementos se encaixam na ideológica e quais se configuram na utópica. O mesmo foi feito nos momentos seguintes sobre o indivíduo e a coletividade, o que podemos notar é que mesmo na coletividade ainda o indivíduo sempre será indivíduo portador do individualismo. Porém os aspectos coletivos se sobrepõem em muitas situações principalmente quando nos referimos as crianças do grupo. Os conflitos políticos que abordamos no último item deste capítulo mostra os elementos da hegemonia se contrabalanceando com os aspectos da contra hegemonia. É perceptível que mesmo resistindo ao sistema ele se faz presente no grupo por diversas razões principalmente quanto a questão é o a produção e geração de renda do grupo.

No terceiro capítulo, por outro desenvolvimento fazemos menção aos itens sistema e mundo da vida e desenvolvimento como liberdade, mencionamos os pontos do grupo em que o sistema se mostra presente e

o quanto o grupo se identifica através do seu mundo da vida usufruindo do que conquistou através da sua organização e pela liberdade que desfruta de querer se manter como grupo coletivo.

HISTÓRICO DO FOCO DA PESQUISA

1.1 Assentamento Itamarati e N17

Para compreender as principais características da história do Assentamento Itamarati teremos que partir da contextualização história do estado do Mato Grosso do Sul e de onde o mesmo está localizado.

A criação do Estado do Mato Grosso do Sul se deu nas décadas de 1970 e 1980, o que moldou essa região foi o processo de transformação das atividades agropastoris. É importante citar que o antigo Sul de Mato Grosso teve desdobramentos importantes antes mesmo de se tornar um estado independente e neste caso podemos citar que o fim da guerra do Paraguai culminou na exploração da Erva Mate e a implantação da estrada de ferro Noroeste do Brasil atuaram como forma de desenvolvimento para a região. A exploração desses espaços vazios pelas autoridades políticas foi considerada território vulnerável e necessitaria de estratégias de proteção. (BRAND, 1997).

A exploração da erva mate espécie nativa do território do Sul de Mato Grosso (atual MS), culminou em atividade econômica com sua produção e mais tarde foi reforçada com a comercialização de suas folhas.

Além dos paraguaios que se instalaram na região, ocorreu também a migração de sulistas para a região fugindo das lutas civis que estavam ocorrendo na região sul do país, buscando novas terras para o desenvolvimento das atividades pecuárias (BRAND, 1997). A economia política da época esteve praticamente relacionada à vida social local, pela representatividade do ciclo ervateiro na região (QUEIROZ, 2015).

Se faz necessário citar alguns fatores históricos e marcantes para o estado de Mato Grosso do Sul que serão de relevância para compreender

como ocorreu a formação do Assentamento Itamarati e debruçarmos ao foco deste estudo o então Núcleo de Resistência Eldorado dos Carajás.

A criação da Companhia Matte Laranjeira é um dos elementos históricos, pois era considerada monopólio da atividade ervateira na região, essa companhia expandiu suas atividades a tal ponto que chegou a gerenciar recursos até seis vezes maiores que a receita estadual. É importante frisar que existiam conflitos da companhia entre alguns produtores independente da erva mate, os chamados posseiros que sobreviviam a partir da exploração de pontos esparsos dentro da área de plantio (ALBANEZ, 2013).

O então monopólio da Companhia Matte Laranjeira é quebrado pela criação do território Federal de Ponta Porã que desarticulou o controle que a companhia detinha sobre o Sul de Mato Grosso. A finalidade da criação de Ponta Porã era de ocupar a região “vazia” com a agricultura de pequeno porte, diminuindo desta maneira o território de produção da companhia.

Outro elemento histórico que teve destaque para a formação do estado foi a chamada “Marcha para o Oeste” que visava integrar os espaços vazios entre o interior com o litoral para desenvolver pequenas propriedades agropastoris, então o presidente Getúlio Vargas declarou de modo a convidar a população a conquistar novas oportunidades no Oeste do país. Segundo Gressler e Swensson, (1988) muitas pessoas de diversas partes do país passam a migrar para o estado atraídos pelas terras vendidas pelo Estado a preços muito baixos.

Os aspectos da colonização passam a se transformar em moldes capitalistas quando as relações de produção se tornam imperialistas pois as propriedades privadas foram adquiridas e a produção voltada para o mercado. Albanez, (2013) frisa que depois que as terras passaram a serem adquiridas (compradas) começou a ocorrer conflitos fundiários entre posseiros e fazendeiros. Muitas das vezes o território pertencente aos fazendeiros abrangia parte da terra dos posseiros, fazendeiros alegavam que compraram as terras e posseiros de que estavam na terra

antes da compra, culminava então os principais conflitos entre essas classes.

Nos anos 1970 ocorreu migração dos sulistas nas terras agricultáveis do Estado do Mato Grosso pois as potencialidades produtivas possibilitaram a inserção de commodities nessa região, deste modo os gaúchos introduziram o desenvolvimento da agricultura mecanizada no que corresponde a soja. (Bernardes *et al* 2003).

No que tange as estruturas de formação econômica tanto da região Sul e Norte do então Mato Grosso, Bittar (2009) ressalva que as ideias de separar o estado passaram veemente nas práticas de agricultura e pecuária das elites sulistas que se sentiam pertencentes ao estado e as oligarquias regionais já formadas no Norte do estado. Deste modo a divisão do estado de Mato Grosso ocorreu quando o Presidente Ernesto Geisel cria em 11 de outubro de 1977 o estado de Mato Grosso do Sul pela Lei Complementar nº 31, desmembrando o estado.

FIGURA 01 - Estado de Mato Grosso do Sul (MS)



Fonte: Imagem registrada via Google Maps em 20/12/2016.

A atuação de estrutura de poder no estado do Mato Grosso do Sul também mostra que o estado teve importante marco na histórica política da região na medida que as estruturas preponderantes agrárias mantiveram-se detentora do poder e moldaram os processos de modernização e transformações das atividades agrícolas e pecuárias da região possibilitando dessa forma a abertura do mercado brasileiro as economias estrangeiras a fim de alavancar as monoculturas existentes no estado como a soja desde o processo de colonização e formação e atualmente a cana de açúcar.

E possível observar que a estrutura fundiária do estado está difusa numa minoria de latifundiários de modo que estes dispõem de grandes extensões de terra como pode ser observado na estrutura fundiária de MS nos anos de 1980/2006 através do Diagnóstico Socioeconômico de Mato Grosso do Sul (2015), realizado com base nos dados do IBGE.

Tabela 1: Estrutura Fundiária em MS – 1980/2006

ANO	DESCRIÇÃO	GRUPO DE ÁREA TOTAL					
		0 - 20	20 - 100	100 - 1000	Mais de 1000	Sem declaração	Total
1980	Estab.	18.731	11.247	12.034	5.822	109	47.943
	Área (ha)	142.695	499.929	4.489.243	25.611.864	-	30.743.731
1985	Estab.	20.618	13.048	14.674	6.215	76	54.631
	Área (ha)	145.354	589.710	5.406.314	24.967.432	-	31.108.810
1996	Estab.	14.240	12.683	15.423	6.821	175	49.342
	Área (ha)	112.037	564.807	5.992.676	24.273.252	-	30.942.772
2006	Estab.	24.874	17.801	15.228	6.661	300	64.864
	Área (ha)	236.627	701.890	5.991.350	23.345.109	-	30.274.975

Fonte: Diagnóstico Socioeconômico de Mato Grosso do Sul, 2015.

As mudanças e transformações das atividades agropastoris decorrem da concentração da propriedade da terra e principalmente o êxodo rural, por conta dos fatos políticos e históricos que mencionamos para caracterizar a colonização e formação do então estado do Mato Grosso do Sul, os números mostrados pelo IBGE reforça esses aspectos.

Queiroz (1998) também ressalta que as mudanças nas atividades agrícolas e pecuárias do estado também possuem relevância na concentração de terra pelos latifúndios e saída dos trabalhadores rurais

dessas regiões, nessa visão o autor menciona que por conta desses fatores originou-se diversos conflitos territoriais envolvendo indígenas e trabalhadores sem-terra.

Mesmo que a terra possa ser considerada sinônimo de poder principalmente no período depois caracterizado pelos processos revolucionários destacando também o estado do Mato Grosso do Sul, de modo que as disputas são travadas entre os camponeses sem terra e os grandes latifundiários, agentes esses que agem com forças diferentes, pesos distintos em luta que pode soar desleal.

Essas disputas territoriais são marcadas por poder que determina o começo do domínio de um e onde termina o do outro. Essa relação entre os índices de concentração de renda e terra, refletem no grau de participação estrutural dos poderes nos mais diversos segmentos da sociedade (HOFFMANN, 2002).

Observa-se que no estado as questões voltadas a distribuição de terras não se resolveram, no entanto vemos que foram os movimentos sócias, que levantaram a bandeira por melhores condições de vida e por uma distribuição de terra leal, indo à luta enfrentando capangas e juízes. Pois como cita Ventarelli (2013, p. 132) “trata-se de uma luta não apenas pelo acesso à terra, mas uma luta por mudanças na estrutura social de poder da sociedade brasileira, que se pauta em favores e dominação do senso comum contra quaisquer mudanças na estrutura vigente, mesmo que essa estrutura se paute em falsificações, violência e estratégias desleais”.

Gutelman (1974) traz que as lutas e mudanças são pautadas na legalidade nos estatutos de posse e uso da terra devolutas à programas de reforma agraria, significando uma transformação socioeconômico-política na sociedade, partindo da alteração no perfil de distribuição da terra e do poder, pois as ocupações e acampamentos são instrumentos de reivindicação, denúncia social e pressão aos órgãos competentes. Sendo tachados de desordeiros, e que deste modo são mesmo, mais no sentido de quebrar a ordem excludente e concentradora da sociedade vigente.

O Mato Grosso do Sul dispõe ainda da identidade de grande propriedade territorial, contudo nos períodos de 1996 e 2006, é perceptível um aumento nas chamadas pequenas propriedades rurais com foi caracterizado por Bittar (2009) na formação histórica do estado, esse aumento significativo são decorrentes do crescimento do número de reivindicações sociais transformando grandes propriedades de terra do estado em assentamentos rurais.

O estado de Mato Grosso do Sul possui uma área de 716.105 hectares de terra, para 204 projetos de assentamentos rurais, residindo um total de 27.841 famílias assentadas nessas localidades. Dos 78 municípios do estado 54 deles apresentam assentamentos (INCRA, 2016). Só no município de Ponta Porã/MS são sete assentamentos rurais.

TABELA 2: Relação dos Assentamentos Rurais criados em Ponta Porã/MS

Nº	Denominação do Projeto	Área (ha)	N.º de Famílias	Ano
1	Corona	1.095,86	58	1997
2	Boa Vista	2.050,37	70	2000
3	Nova Era	2.848,11	97	2000
4	Dorcelina Folador	8.118,31	270	2000
5	Itamarati	25.508,00	1.145	2000
6	Itamarati II	24.619,91	1.692	2004
7	Aba da Serra	1.072,50	75	2007
TOTAL		65.313,06	3.407	

Fonte: INCRA, 2016. Relatório de Assentamentos. Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul

Partindo de reflexos da história do estado e dos dados acima é notável que a região de Ponta Porã dispõe de uma extensão territorial visível voltada para a reforma agrária totalizando mais de 65 mil hectares de terra para assentamentos rurais.

A região de Ponta Porã-MS abarca o maior assentamento da América latina em extensão territorial o Assentamento Itamarati, que corresponde 50 mil hectares de terra, estando localizado na rodovia MS-164, à 280 quilômetros da capital do estado Campo Grande/MS, a 54 quilômetros do município de Ponta Porã e 25 quilômetros da fronteira com o Paraguai.

Antes da distribuição da terra para transformação do assentamento, o local era uma fazenda reconhecida como Fazenda Itamarati, de

prestígio internacional por sua característica de maior produtora de soja da região no que concerne a discussão inicial do capítulo na formação do estado.

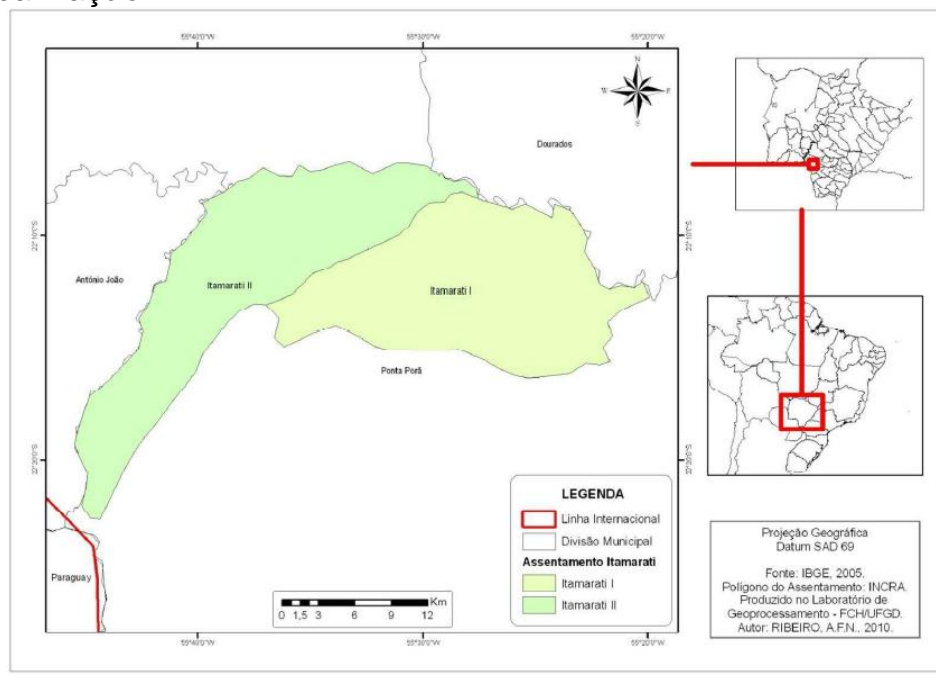
O proprietário da fazenda, Olacyr de Moraes, era conhecido como “Rei da Soja”. No entanto o declínio da Fazenda Itamarati ocorreu em 2000, devido dívida advinda pela aquisição de crédito rural, a qual o proprietário se viu impossibilitado de honrar com seus compromissos e teve que entregar sua propriedade em forma de pagamento.

Neste cenário de perda por parte do proprietário, Terra, (2009) explica o modo como o governo federal adquiriu tais terras:

O governo federal adquiriu junto ao Banco Itaú 25.100 ha das terras que haviam pertencido à Fazenda Itamarati, os quais foram repassados em maio de 2001 para o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que deu início à implantação do Assentamento Itamarati onde foram assentadas 1.143 famílias e, posteriormente em maio de 2004, o governo federal viria adquirir o restante da fazenda (24.900 ha) junto ao proprietário para a Implantação do assentamento Itamarati II. (TERRA, 2009, p.18).

Devido a esse motivo que o assentamento tem sua ramificação em Itamarati I e Itamarati II, pois as terras adquiridas para a reforma agrária foram divididas em duas etapas.

Figura 02: Mapa divisão do assentamento Itamarati I e II e localização



Fonte: IBGE, 2005.

Vivem atualmente no local 15.867 habitantes de acordo com dados do Instituto Nacional de Colonização Agrícola – INCRA. A população desenvolve atividades nas modalidades agrícolas, pecuária de corte, pecuária leiteira entre outros. Há um núcleo urbano onde funciona a área comercial do local.

O assentamento possui infraestrutura básica de energia elétrica rural, abastecimento de água, meios de comunicação. A estrutura educacional é composta de quatro escolas, duas de responsabilidade do governo estadual e outras duas sob a incumbência do governo municipal, e ainda conta com uma creche que funciona em período integral para atender a comunidade local.

As estradas internas do assentamento possuem cerca de 680 km de vias não pavimentadas. Na área de saúde, o assentamento dispõe de dois postos de saúde que contam com uma ambulância para deslocamento de paciente à cidade de Ponta Porã.

A área do assentamento Itamarati, denominada como Itamarati I, adquirida em 2000, está dividida em quatro subáreas, de acordo com os movimentos sociais existentes no local. O Plano de Desenvolvimento do

Assentamento Itamarati – PLA (2002) possuía como objetivo incipiente assentar na primeira etapa da divisão do assentamento um número de 1.143 trabalhadores e implantar projetos cooperativos buscando um crescimento local.

O objetivo proposto pelo PLA foi lançado, e dessa forma a produção e organização dos grupos foi feita de acordo com os grupos que se instalaram no Assentamento. A proposta inicial sofreu alterações com o passar do tempo e se reestrutura a medida das necessidades das famílias e dos grupos.

O assentamento Itamarati II tem cerca de 1.760 famílias, subdivididas em movimentos sociais que de maneira sintética, é um grupo de pessoas que lutam por mudanças sociais no plano da reforma agrária. No caso do assentamento Itamarati, esses movimentos sociais ou grupos sociais resultaram na divisão do local, visando a organização da localidade.

A organização da distribuição da terra para as famílias ocorreu de maneira que todos os assentados pudessem ser beneficiados com a infraestrutura que o INCRA adquiriu com a aquisição da fazenda totalizando 19 pivôs de irrigação.

Para beneficiar a todos dividiu-se a terra em área de sequeiro que correspondia uma parcela de 04 hectares para produção individual das famílias possibilitando-as de plantarem o que desejassem e a quantia de 12 hectares ficou para a área do pivô que é a chamada área do coletivo.

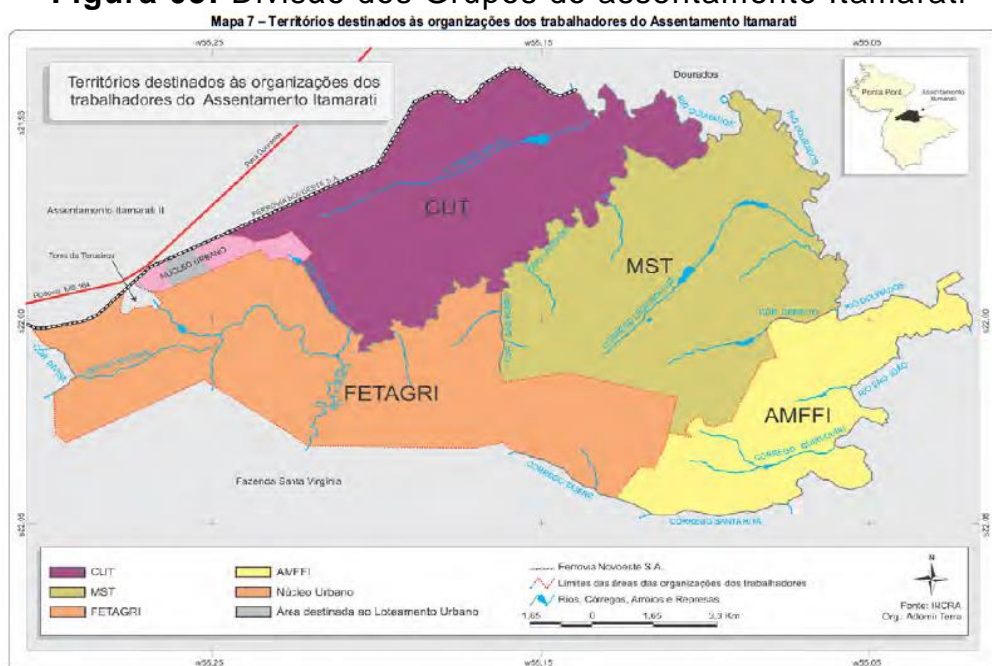
Porém, alguns grupos fizeram a divisão igualitária de 06 hectares para a produção individual e o restante para a área coletiva (do pivô).

Especificamente, o grupo Núcleo de Resistência Eldorado dos Carajás, por sua peculiaridade de organização é o objeto de estudo dessa pesquisa. De forma consensual os membros que constituem o grupo, decidiram manter o formato de uma única terra, ou seja, perante eles não houve divisão individual de terra, eles optaram por um modelo de organização coletiva que se difere dos demais.

A área do assentamento, de acordo com o Plano de Desenvolvimento do Assentamento Itamarati (2002, p. 14) é dividida em 04 grandes “movimentos sociais”, sendo eles:

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) está representado por 320 famílias; a Central Única dos Trabalhadores (CUT) possui 280 famílias; a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) tem 395 famílias e a Associação dos Moradores e Funcionários da Fazenda Itamarati (AMFFI) tem 150 famílias assentadas. Cada grande grupo subdivide-se em grupos menores, com exceção da AMFFI, que compõe um grupo único.

Figura 03: Divisão dos Grupos do assentamento Itamarati



O Núcleo de Resistência Eldorado dos Carajás está inserido no Grupo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Sendo conhecido e autodenominado tanto pelos membros como pela comunidade de Grupo 17 e/ou Grupo coletivo.

1.2 Aspectos Históricos do Núcleo de resistência Eldorado dos Carajás

A ideia embrionária para a criação do grupo ocorreu antes do surgimento do Assentamento Itamarati. Um grupo pertencente a militância

do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que trabalhavam nos acampamentos do estado em diversas conversas projetam a formação de um grupo coletivo. O intuito do grupo era segundo relatos da entrevistada I “que formando um grupo coletivo eles teriam condições de contribuir com o movimento pois teriam um grupo grande e não prejudicaríamos a militância do MST”.

O grupo se consolida quando o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o governo do estado convocam os líderes dos movimentos sociais dos acampamentos da região em meados de 2001, para declarar a aquisição da Fazenda Itamarati, transformando-a em Assentamento. Nesse cenário, os movimentos sociais começam a discutir como fariam a organização do assentamento mediante a autonomia concedida pelo INCRA.

Após diversas reuniões com a organização central do MST, a decisão do grupo coletivo de instalar no assentamento Itamarati é ratificada. A constituição do N17 advém de experiências que deram certo nos assentamentos do Sul do país como sendo o Assentamento Conquista na Fronteira no estado de Santa Catarina, e a referência mais próxima do grupo é o Assentamento Sul bonito em Itaquiraí. A entrevistada I relata que foram realizadas diversas visitas, reuniões e cursos nos acampamentos mais antigos do estado a fim de conseguir a quantidade mínima de 19 famílias em cada subgrupo, como é estipulado pela organização dos MST.

A entrevistada I acrescenta que foi planejado e executado um curso chamado LOC (Laboratório Organizacional de Campo) de quarenta dias nos acampamentos mais antigos do MST, com o objetivo de organizar todos os cortes do MST no assentamento e também reunir o restante de famílias para o formar o então grupo coletivo.

Porém só os dias de campo e o curso não foi suficiente. Por esse motivo, a comissão do grupo resolveu ir a um grande acampamento que já estava localizado no território do assentamento Itamarati, a fim de captar os últimos integrantes, com o propósito de preencher a lacuna de famílias estipulada.

Até atingir o número de famílias necessárias para a formação do grupo foram feitas muitas visitas e reuniões mostrando a importância de cada membro para consolidação do N17. De acordo com os relatos dos entrevistados a partir daí inicia a história do Núcleo de Resistência Eldorado do Carajás, cujo nome deriva da homenagem ao fato ocorrido em 17 de abril de 1996, no município de Eldorado dos Carajás, no sul do Pará. Segundo a entrevistada I “Escolhemos esse nome porque somos o grupo dezessete e dezenove famílias e o massacre ocorreu no dia 17 e se foram 19 companheiros, então tínhamos muita semelhança e resistência, foi por conta da resistência e compromisso com a luta”. Que se deu o nome do grupo.

O N17 possui um Estatuto Social denominado Sociedade dos Agricultores cooperados do Núcleo de Resistência Eldorado do Carajás - SOCIAEC (ANEXO I) que os regem elaborado em concomitância com todos os seus membros, o mesmo tem como prerrogativa dar sustentação ao propósito estabelecido pelo grupo, objetivando congregar os agricultores de sua área de ação e desenvolver a produção agropecuária e prestação de quaisquer serviços que possam contribuir para o fomento, racionalização de recursos financeiros e naturais, desenvolvimento e bem estar dos associados bem como a defesa das atividades econômicas, sociais, culturais e políticas.

Hoje o grupo possui 16 famílias, concentrados estritamente no Itamarati I situada no Projeto de Assentamento Conquista na Fronteira (MST) localizado a 20 km da área urbana¹ do assentamento e a 74 km do município de Ponta Porã-MS.

Para assimilação de tamanha especificidade do grupo pesquisado Núcleo de Resistência Eldorado dos Carajás relacionamos alguns pontos de sua organização interna para melhor compreensão da formação. A obtenção dessas informações ocorreu pelas entrevistas realizadas em visita a campo.

¹ denominada assim a área destinada ao comércio do assentamento onde antigamente na época da fazenda Itamarati estava localizado os Silos e vila dos funcionários/moradores da fazenda Itamarati. Atualmente a área é Distrito do município de Ponta Porã/MS chamada de Nova Itamarati.

O sistema de organização do Núcleo se dá pela dimensão territorial, sendo uma área de 333 hectares de terra destinada a produção de commodities agrícolas com destaque a soja e o milho.

Esse grupo é o único que se organiza nesses moldes dentro do assentamento, as famílias moram em uma área coletiva, de modo que cada família é detentora de casa própria, formando assim uma agrovila.

Figura 04: Foto aérea do Núcleo de Resistência Eldorado do Carajás



Fonte: Fornecida pela Entrevistada 01.

O restante é revestido para agricultura de subsistência no plantio de mandioca, feijão, arroz verduras e leguminosas além da produção de leite advinda do rebanho bovino.

O N17 por ter a conjuntura de “grupo coletivo”² o mesmo já triplicou seu capital, principalmente se tratando de maquinários para produção agrícolas e todos são próprios do grupo, eles possuem: (02) duas plantadeiras, (02) dois tratores, (01) uma colheitadeira, pulverizadores seminovos e também contam com mais de (200) duzentas vacas contando com as leiteiras. É nessa condição de conjunto coletivo que possibilitou o

mesmo a ter todos as ferramentas para plantio se desenvolver enfrentando os obstáculos de permanência na terra.

O grupo é representado por duas entidades: a associação² citada anteriormente sendo a SOCIAEC e a cooperativa³ COPAEC ambas fazem representar pelos membros do N17 a fim de fortalecer, superar os obstáculos e estimular o desenvolvimento individual e coletivo do grupo para alcançarem fins comuns que os unem.

Nesse quesito a “Associação Eldorado dos Carajás”, tem como incumbência assessorar a vida do grupo. Já a cooperativa chamada “Cooperativa Agroindustrial Eldorado dos Carajás”. De acordo com os entrevistados, tem como função e responsabilidade a comercialização da produção do grupo.

Há para cada uma das entidades (associação e cooperativa), uma estrutura organizacional de administração, sendo eles Assembleia Geral, Diretoria e Conselho fiscal respectivamente com presidente, vice-presidente e tesoureiro.

Tabela 03: Representação formal das entidades do grupo

REPRESENTAÇÃO FORMAL	SIGLA	ASSOCIADOS/COOPERADOS
Associação Eldorado do Carajás	(SOCIAEC)	Todos os membros do grupo a partir dos 16 anos
Cooperativa Agroindustrial Eldorado do Carajás	(COPAEC)	Todos os membros do grupo a partir dos 18 anos

Fonte: Construção do autor.

A distribuição do lucro procede de forma simples e objetiva, é definido pela hora trabalhada que é feita pela divisão do trabalho⁴ nos setores de trabalho do grupo e se contabilizada pelo bloco de notas, deste modo no final do mês contabiliza-se as horas trabalhadas pelos coordenadores de cada setor e temos o montante para divisão da receita

² qualquer iniciativa que reúna pessoas ou empresas com o intuito de gerar beneficiar e superar as dificuldades políticas, sociais e principalmente econômicas de um grupo conjuga elementos cruciais para o associativismo (FRANTZ, 2009).

³ O cooperativismo é um movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico, capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Seus referenciais fundamentais são, participação democrática, solidariedade, independência e autonomia”. (REISDORFER 2014, p. 16).

⁴ informações sobre a divisão do trabalho e os setores serão explorado no decorrer do trabalho na forma de diálogo entre teoria x empiria.

mensal que se dá geralmente pela venda do leite, esse método estimula os membros a produzir, pois só recebe quem trabalha, caso haja opção de não trabalhar, há ciência de que também não há ganho o pensamento deve ser para o todo.

Os entrevistados I e II frisaram que dentro do grupo o que importa é cada membro ter importância. E que o diferencial do grupo está em relação ao todo, já que existe dentro do grupo a política das horas trabalhadas⁵ e tanto os adultos como as crianças são valorizado pelo que fazem.

Figura 05: Bloco das horas trabalhadas e relatório mensal

The image shows a handwritten monthly labor control sheet from a cooperative. The document is titled "Soc. Agric. Coop. do Núcleo de Resistência Eldorado dos Carajás" and "CONTROLE MENSAL DAS HORAS TRABALHADAS". It includes a table for recording daily work hours (Manhã and Tarde) and a detailed ledger of payments for various members. The ledger lists names, their respective work hours, and the corresponding monetary value for each. The total hours recorded are 887.30, and the total value is R\$ 3010.58. The document also has fields for the worker's and coordinator's signatures.

Fonte: Entrevistada I

De acordo com os entrevistados o grupo valoriza três elementos; a Terra que foi o que o grupo ganhou, o Capital que é os recursos adquiridos junto ao governo principalmente o PRONAF⁶, e o trabalho dos indivíduos do grupo, que são para eles o tripé da Coletividade. Não individualiza o

⁵ As horas trabalhadas é a principal forma de divisão dos frutos advinda do trabalho do grupo. Deste modo é feito a divisão igualitária das horas para todos os indivíduos que trabalharam no respectivo mês. Uma das principais vantagens desse tipo de política firmada por eles é que no período da safra todos ganham novamente pois é feito a soma geral das horas trabalhadas durante o ano e todos ganham novamente.

⁶ Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura familiar – (PRONAF. Vinte anos do Pronaf 1995 -2015 Avanços e Desafios. Brasília.

Ser humano e sim o trata como o todo⁷ no conjunto chamado Núcleo de Resistência Eldorado do Carajás.

Além disso, existe o respeito e a confiança mútua entre os integrantes, prevalecendo a igualdade do todo, sempre valorizando o NOSSO e não o Meu.

⁷ Como não existe um único dono, e o grupo caracteriza que a terra é de todos. Os bens como maquinários advindo pelo crédito do PRONAF que os assentados têm direito de realizar em seu nome, aqui no grupo quando um assentado adquire o crédito para benefício do grupo, esse crédito é pago pelo grupo. Porém se acontecer do assentado por maiores motivos resolver ir embora do grupo, o grupo paga ao assentado pelo bem que ele adquiriu, mais o bem fica no grupo, no entanto o assentado não terá prejuízo e dívida. O grupo acredita que o crédito e os bens advindos dele é para benefício da agricultura familiar (Entrevistada I).

MENTALIDADE SOCIAL DO N17

2.1 Entre os aspectos ideológicos e utópicos

Neste capítulo trataremos dos aspectos ideológicos e utópicos para compreendermos a mentalidade do N17, a partir das concepções de ideologia e utopia por Karl Mannheim.

A ideologia e a utopia estão relacionadas as motivações coletivas muitas vezes geradas inconscientemente pelos indivíduos, atuando e determinando principalmente o agir e pensar dos indivíduos. Nesse aspecto a análise de uma ideia individual precisa passar pela observação de sua origem social, ocultando certos aspectos da realidade social, que identifica que a ideologia passa pelo fator “conservação” e a utopia pelo fator “mudança”, nos levando a pensar que as mesmas distorcem a realidade, porém estão em sintonia direta com a realidade do grupo de pessoas que as pensaram. (MANNHEIM 1972).

Karl Mannheim difere ideologia e utopia. Deste modo refere-se à ideologia como sendo o conjunto de ideias que objetivam manter a ordem existente, e utopia como sendo as ideias que dão fundamento as ações pela transformação desta ordem existente. Os traços que significam a parte utópica do N17 permeiam a criação do grupo, as ideias que os jovens militantes do MST pensaram em conjunto, estudaram e amadureceram a ideia de formação de um grupo coletivo contrastando com a ordem existente.

Quando o indivíduo pensa alguma coisa, esse pensamento não é puramente individual para Mannheim, ele explica que o indivíduo utiliza de definições e conceitos que já existiam antes dele, e que já continham traços, significações e valores sociais. É através de definições, conceitos e experiências que deram certo, advindas de outros grupos do Sul do país, que os jovens militantes do MST construíram e afirmaram o projeto do grupo coletivo o N17.

O pensamento só apresenta traços pessoais aparentemente quando situa elementos históricos e sociais de seu meio, e quando contém essa

carga histórica-social de modo que sempre carregara as características do meio em que está inserido. Mannheim (1976, p 53) chama esse contexto de “um complexo de conduta significativa, que pode ser compreendida em termos de sua estrutura motivacional ou de seu contexto de experiência”.

Para compreender os pensamentos histórico-sociais ou sócio histórico é preciso fazer uma análise da situação. Mannheim (1972) refere-se a essa situação como o modo de pensamento em todas as formas de experiência que vai além e acima do nível do lugar comum em que os indivíduos estão.

Sobressai dessa maneira que o pensamento não é meramente reflexão contemplativa parte do pressuposto de que é fruto de um agir social que está sempre em concordância “com os outros” ou “contra os outros”.

Aspectos esses visíveis no N17, principalmente quando levados alguns pontos de discussões para as assembleias, o agir social do grupo parte do pensamento individual atrelado com suas experiências e aspectos do social que vai determinar se o indivíduo do grupo está com os outros ou contra os outros. Aspectos esses que sempre ocorreram.

O agir com os outros faz o indivíduo pensar como os outros e a agir também, agindo contra os outros indivíduos ele também pensa segundo o grupo que pertence, diferindo-se dos outros. Partimos do entendimento que o pensa e o agir são correlatos, deste modo não podem ser compreendidos separadamente.

A duas formas de agir socialmente no mundo conforme Mannheim (1972, p.32), “Estas pessoas, reunidas em grupos, ou bem se empenham, de acordo com o caráter e a posição dos grupos a que pertencem, em transformar o mundo da natureza e da sociedade a sua volta, ou, então, tentam mantê-lo em uma dada situação”.

São esses sujeitos que criam as questões existenciais do indivíduo, de modo a compreender os fatores sociais, históricos que determinam o pensamento e o conhecimento, contudo Mannheim compreende essas

duas formas de pensar e agir também correspondendo o pensar como ideologia e o agir como utopia.

Contudo ideologia para Mannheim perpassa as descobertas emergentes do sistema e principalmente dos conflitos políticos, de modo que os grupos dominantes estão intensamente ligados por interesses, e que de alguma maneira acabam por ocultar seu próprio senso de dominação. Na concepção de ideologia, está contido a noção de que em certos cenários, o coletivo inconscientemente obscurece as condições reais da sociedade e deste modo acaba tanto para si como para os demais estabilizando a situação.

Em controversa para o autor o pensar utópico, perpassa alguns grupos menos favorecidos que estão interessados em mudanças e principalmente na ruptura e transformação de uma dada condição imposta pela sociedade vendo apenas os elementos que negam essas mudanças. No entanto acabam por negar a situação existente, estando preocupados em mudar a situação existente e não o que antes existia. O pensamento utópico não será um diagnóstico da situação será apenas uma orientação para a ação que poderá ser ou não tomada. No entanto na mentalidade utópica e no inconsciente coletivo o desejo pela ação é guiado pela representação oculta de alguns aspectos da realidade. (MANNHEIM, 1976).

A utopia para Mannheim não apenas se desprende da ideologia, mais também do real, o existente. A utopia passa a ser algo para ser vivenciado no agora deste modo, “um estado de espírito é utópico quando está em incongruência com o estado de realidade dentro do qual ocorre” (Mannheim, 1976, p. 216). Portanto as ideias não precisam necessariamente ultrapassar a ordem existente (o sistema) para serem consideradas utópicas, o que é primordial para tal é sua orientação pela ruptura das amarras com o existente.

Podemos dizer que em todos os períodos da história tiveram ideais que ultrapassaram a ordem existente, não sendo consideradas ou que exerciam a função das utopias pois antes eram consideradas ideologias adequadas para a existência, de modo que não ofereciam possibilidades

de revoluções. Nessa concepção de que para uma parcela dos indivíduos tudo acontecia da maneira que a ordem existente achava conveniente, já para a outra parcela (a minoria) incorporava imagens desiderativa das condutas efervescentes da época no que desrespeito as ideologias, e desta maneira acabam por se tornarem utópicas.

No que se trata de ideologia e utopia, o N17 apresenta elementos de orientação e ruptura das amarras existentes, no que concerne a ideologia imposta pela sociedade, deste modo apresenta aspectos utópicos na medida em que optou por um modo nada convencional de organização e formação interna de seu grupo, tentando quebrar e modificar certas imposições, principalmente se tratando de igualdade e solidariedade perante o grupo. Esses elementos transcendem a ordem (MANNHEIM 1976).

O papel utópico desempenha ideias que só podem ser desenhadas quando adquire um “estado de espírito utópico” no que se refere a ultrapassar a ordem, modificar e transformar os elementos, incorporando nos grupos sociais a capacidade de revolucionar a ordem. Ser capazes e ter coragem de abrir a mente e revolucionar a ordem.

A compreensão da mentalidade utópica é baseada na revolução na quebra e ruptura da ordem, e a ideologia está sempre entrelaçada com o existente (a ordem). Mannheim (1976).

No entanto quando nos referimos a mentalidade constituída estamos partindo para o escopo ideológico e nesse sentido Mannheim identifica duas formas básicas de ideologia a particular ou parcial (que pode ser parcial ou individual) e a ideologia total (chamada também de coletiva ou de grupo).

Esses elementos da ideologia também podem ser observados no N17 tendo em vista que, a ideologia particular ou parcial parte do pressuposto que o outro é identificado como indivíduo e esse mesmo indivíduo causa interferência na realidade histórico-social do coletivo. No N17 a ideologia parcial ou particular está embutida em cada pessoa que faz parte daquele grupo, nas particularidades valores, princípios e crenças trazidas de suas vivências de mundo. Já a ideologia total se

fundamenta pela experiência vivida durante esses 15 anos na perspectiva de continuar lutando em prol de se manter na terra e produzindo com uma metodologia de vida diferenciada pautada no bem-estar da coletividade. E dessa forma que constitui o conhecimento do todo e que é configura o grupo coletivo que é o N17. Mannheim constata que a ideologia parcial (particular) e total propõe justificar a ordem social para contestar a veracidade do conhecimento do outro.

Deste modo esses dois elementos da ideologia tanto o parcial quanto o total são identificados como formas tradicionais de concepção da realidade social; no entanto a tendência é alterar em ideologias e por fim ocultar o real significado da conduta ao invés de revelá-lo.

Mannheim (1976) ainda passa a considerar a atitude de afrontar os pensamentos e concepções de mundo através dos processos históricos de modo a crer que a visão do outro poderia ser simplesmente considerada mentira. E, deste mesmo modo de pensar, para outros indivíduos, essa visão do outro era considerada como ideologias particulares, e nessa visão de pensamentos uns contra e outros a favor é relativo mensurar quem ou o que está completamente correto; no entanto cada indivíduo passa a pensar e agir conforme acredita ser melhor para seu meio.

Ainda partimos da análise de que para a ideologia particular passar a ser total, necessita da visão unitária de mundo e que essa visão se desfaça e que exista os valores básicos dos grupos que contenham visão de mundo à parte, que se difere as visões de mundo desses grupos sociais de modo que se encontrem historicamente. É importante frisar que o conhecimento determinado pelos elementos sociais e históricos transforma o conhecimento em conhecimento relativo prevendo uma tomada de consciência de uma verdade total em que o grupo seja capaz de operar a tarefa (MANNHEIM 1972).

Diante de tamanha questão teórica e conceitual, é perceptível que os movimentos sociais que afrontaram os aspectos existentes para romper o que estava dito tiveram que vencê-los ou então adaptar-se a ele para só assim conseguir demonstrar que é possível haver mudanças e

transformações para que nem tudo seja para uma parcela tão pequena da existência. Sendo possível pelos aspectos utópicos uma nova construção da realidade, de modo que só foram oportunizados mediante o arcabouço da velha sociedade.

Haverá sempre conflito na construção da nova realidade iniciada a partir das ideias de transformação, mudanças e a ruptura do existente em que caracterizará os principais elementos utópicos. Onde as principais ideias dos hábitos e valores embutidos no inconsciente dos indivíduos da velha sociedade permaneceram latentes e atuantes no que diz respeito a criação dos novos valores.

O N17 marca esses aspectos logo em seu período de criação quando deseja romper com o que foi lançado pelos membros do comitê de organização e também pelos representantes dos movimentos sociais. “Decidindo que o grupo teria um modelo contrário de organização com moldes totalmente coletivos divergindo totalmente com os demais grupos sociais ali alocados que no caso é a gestão coletiva. Esse ponto ainda detém de uma reflexão de modo que os novos indivíduos criados com as revoluções e as transformações não nasceram prontos e sim necessitavam da velha sociedade e dos velhos valores para então poder clamar por novos modelos de sociedade em que pudesse ser levado em consideração a classe menos favorecida (Mannheim 1976).

Os utopistas possuem um impasse que se revela através da negação com o existente pois precisam ser coerentes com este. Dessa forma algumas batalhas ocorreram apenas para adaptação e fortalecimento das ideias que transcendem tanto a sociedade capitalista como a própria utopia. É improvável que se vivencie a utopia se dependendo totalmente do ser no mundo. Uma vez que o mundo representa os elementos concretos e efetivos que estão em pleno funcionamento na sociedade refletindo no agir das pessoas.

A partir dessa conjuntura os elementos do mundo sempre estarão presentes no N17, pois o grupo necessita de recursos para a sua sobrevivência que advém do sistema, mesmo que estruturado em moldes utópicos que refere se ao seu modo de organização interna pela sua

forma de inserção do todo na hora do plantio ou pela divisão de tarefas para se ter mais eficiência no montante, todos esses elementos se voltam para o sistema na necessidade de geração de renda para o grupo. (Observação Participante)

Mannheim (1976) explica que a pouca dificuldade na compreensão da distinção teórica sobre utopias e ideologias, o impasse está apenas em determinar concretamente o que em cada caso seja ideológico e o que seja utópico.

O que se pretende com o estudo em si e principalmente com essas análises não é afirmar que o N17 seja um elemento utópico propriamente dito, pois, o mesmo carrega consigo aspectos histórico-social da ideologia da sociedade existente, até mesmo para ser o que é hoje. O N17 antes de tornar-se o que é constituiu-se de hábitos e valores em seu inconsciente através das ideologias antes vivenciadas na sociedade existente. O que se pretende é mostrar que dentro dessa organização as ideologias particulares dos indivíduos formaram um pensamento utópico a fim de romper com o que era óbvio que iria acontecer, onde cada qual teria um pedacinho de terra, para viver de forma individual. Com a efetivação desse novo formato de organização (o coletivo) os membros que compõem o N17, possuem cada qual sua ideologia particular e em conjunto e a partir do convívio um com os outros durante esses quinze anos de caminhada em conjunto trilhando ações recriando e reinventando a história e sendo os sujeitos da história acabam por se tornar uma ideologia total.

Mannheim demonstra que para estabelecer a diferença entre ideologia e utopia em sua premissa conceitual é preciso a efetivação necessária para partilhar os sentimentos e as motivações das lutas da realidade histórica. E que esses elementos conceituais nem sempre se encaixam na realidade da vida, por esses motivos que damos características aos elementos que estão fortemente presentes no N17, para então caracterizá-los e redefinir os conceitos, se apropriando do que mais convém e favorece.

A premissa da neutralidade científica e o fator científico parte da crítica aos fatores ideológicos como sendo do mesmo modo, também quando o sujeito parte para a parcialidade da crítica também é definido como ideológico. Fatos esses que também ocorrem com o elemento utopia, são criticados pelo “utopismo” pelo crítico realista. O objetivo da crítica é apenas caracterizar o outro como sonhador e irrealista; todavia o pressuposto das expressões são as posições políticas que cada uma delas possui.

Contudo Mannheim (1976 p.220) descreve ainda que

“Os representantes de uma ordem dada irão rotular de utópicas todas as concepções de existência que do seu ponto-de-vista jamais poderão, por princípio, se realizar. De acordo com esta utilização, a conotação contemporânea do termo “utópico” é predominantemente a de uma ideia em princípio irrealizável.

É perceptível que para desqualificar a ordem vigente e as ideias utópicas de quem as vivencia os indivíduos apostam em caracterizar essas ideias como irrealizáveis e de ideias que se desvinculam do que é dito pelo sistema existente.

Os princípios ideológicos ditos pela esquerda fizeram com que os jovens e adultos da parcela minoritária da sociedade que optaram pela ruptura do sistema que se caracteriza como órfãos da geração que ousou sonhar e tentou lutar pelos seus sonhos.

É difícil visualizar uma sociedade sem Estado sem ordem e que seja apenas gerida por indivíduos livres de regras. Pois, ainda em nosso subconsciente está enraizado os valores e hábitos da sociedade que vivemos.

Podemos fazer uma pergunta e tentar respondê-la através do que pretendemos com esse estudo. Principalmente quando nos referimos a sociedade existente e os aspectos utópicos que fazem presente na análise do N17. Como agir através dos ideais utópicos, se fazemos uso de necessidades da sociedade existente? Os ideais utópicos se fazem presente principalmente quando o grupo reitera sua forma de se organiza o sentimento de que o grupo se estabeleça pelas gerações futuras de

modo que são elas que se sentem pertencentes ao coletivo pelas vivências e experiências do grupo. Os indivíduos do N17 tratam o “espaço, território e lugar” não como sendo de alguém em específico, mas sim de todos os que ali estão, não tendo apenas um único dono e sim todos sendo os donos, o sentimento de comunidade com capacidade de atuação social coletiva é o que predomina no grupo.

É impressionante como o discurso da utopia está tão entrelaçado com o que não existe e principalmente como que não é possível de se realizar. No entanto não quer disser que não possa vir a ser uma realidade. O que deve ser levado sempre em conta é que existem épocas e para cada época um ponto de vista e algo a ser feito e ser realizado, pois estamos em constante mudança.

Segundo Mannheim (1976 p.223).

“Cada época permite surgir (em grupos sociais diversamente localizados) as ideias e valores em que se acham contidas, de forma condensada, as tendências não realizadas que representam as necessidades de tal época. Estes elementos intelectuais se transformam, então, no material explosivo dos limites da ordem existente. A ordem existente dá surgimento a utopias que, por sua vez, rompem com os laços da ordem existente, deixando-a livre para evoluir em direção à ordem e existência seguinte”

É no sentido da ordem existente dar surgimento a utopia que o rompimento dos laços da ordem existente faz sentido em cada época. Os indivíduos acreditam apenas que as mudanças podem ser possíveis.

Na intenção aqui não é afirmar que o N17 é totalmente utópico, estamos lançando mão que o mesmo possui traços da utopia que merecem ser mencionados a fim de mostrarmos que esse modelo de organização também é possível existir dentro da sociedade e do sistema capitalista pois também depende dela para sobreviver, porém o faz com uma perspectiva diferenciada que é o coletivo.

Nesse sentido Mannheim ainda menciona que a mentalidade utópica ainda é vista como idealismo, presente no senso comum e também em intelectuais. No entanto a utopia não é apenas sonhos irrealizáveis, pois dá significado e legítima a ordem social existente. Pois o que coloca em

xeque a sustentação do domínio capitalista será sempre considerado utópico e irreal. Porém a utopia se manifesta como algo que a gente precisa para continuar caminhando e não algo que se realiza.

As ideologias revolucionárias atuam como formas de construir novas ordens sociais, capazes de realizar as chamadas utopias. Deste modo podemos dizer que ideologias também são utópicas. A ideologia não é apenas método das classes dominantes para maquiagem a realidade ela veio para se desvendar. No entanto a crítica da ideologia dominante atuante acaba por afirmá-la a fim de revolucionar a ordem social assumindo o caráter utópico.

Contudo tanto a ideologia como a utopia sempre estarão relacionadas a grupos sociais e só terão efeito se assim forem incorporadas por eles. Portanto o indivíduo utópico que cria ideias, precisa fazer com que elas circulem criando assim adeptos para corresponder o horizonte político através de ações que manifestem suas vontades dentro de um grupo.

É a partir da manifestação das ideias em ações que a utopia passa a ser realizável. É quando o sonho passa a ser abraçado por outros que se molda as utopias realizáveis. É no liame do sonho abraçado que se dá a resistência a luta do grupo coletivo em manter nesses moldes até o presente momento em consonância com o que buscaram transmitir para a essência de seus frutos.

“As “NOSSAS CRIANÇAS AQUI” eles vivem isso daqui. (As crianças brincando juntas) eles não têm esse contato lá fora. Tem uma criança do grupo que chegou na escola no prezinho para estudar e no primeiro dia de aula a mãe foi lá compro lápis de cor, compro caderno tudo bonitinho. Aí ela chegou na escola e chamou a atenção da professora. Foi a professora que conto. “eu não vou cansa de conta isso nunca porque é aí que gente consegue perceber que o método que a gente está educando nossas crianças é percebido fora e é diferente. E as vezes nos olhando aqui dentro não imagina que é percebido fora. Aí ele chegou ele simplesmente pego a caixa de lápis de cor abriu a caixa de lápis de cor jogo encima da mesa e falo assim “VAMO GENTE PINTA ESSE É OS NOSSOS LAPIS”. Os detalhezinhos que fazem a gente dão conta que jamais ele ia briga com um coleguinha porque o colega pego o lápis dele para pinta. Porque as nossas crianças aqui já

compreendem que isso daqui é nosso não é MEU é nosso. Então a gente nessas horas a gente se sente realizada pelo fato de que você está educando teus filhos de uma forma diferente da sociedade que está aí fora. Por mais que temos que conviver com essa sociedade. Mais que eles estão vindo de forma diferente. A minha filha mais velha esses dias falo pra mim a gente ali em casa do nada conversando tem só 12 anos e vem com essa conversa rrsr "O mãe escuta me fala uma coisa essas casa tudo desse jeito aqui quando eu casa onde vai ser minha casa?" srsrss Você entende daí a gente começa a se dar conta que a gente erro, e a gente jamais penso isso. A gente se dá conta que eles têm amor por isso daqui. Eles não pensaram em casa e ir embora daqui eles vão fica aqui porque eu quero casa e trazer alguém para morar aqui. Então são as coisas do dia a dia que a gente vai avaliando que a gente não está errando na nossa forma de organização. (Entrevistada I)

Ainda que muitas das vezes as ideias revolucionárias não sejam acatadas em sua respectiva época, as ideias utópicas acabam por serem incorporadas pelas futuras gerações, a fim de superar as contradições da ordem existente e nesse sentido continuam vivas.

Por essas razões que os indivíduos podem ou não ser contra ou a favor da ordem social vigente, o que deve ser levado em consideração é que o ser humano necessita da utopia para que possa ocorrer as mudanças, além de expressar a afirmação do humano o que é vivido no N17.

Nessa concepção Mannheim (1976) afirma que a utopia permanece necessária, pois com desaparecimento ocasionaria um estado estático das coisas que transformaria o próprio ser humano em uma coisa incapaz de pensar e agir por si, o que deixa o homem vulnerável, tonando-se refém de sua existência e o isenta de um ideal de vida tornando-se apenas um produto de motivos, perdendo com o abandono das utopias modelar o barco tão quanto a capacidade de compreendê-lo.

Nesse sentido partimos da concepção de que a utopia e seus elementos de transformação e de rompimento com a ordem existente ainda permanece necessária para que a sociedade não estagne e que apenas uma parcela da sociedade continue por dominar tudo e a todos.

2.2 Indivíduo e coletividade

Para compreender a mentalidade histórico-social do N17, e ir ao encontro com os elementos ideológicos e utópicos, partimos do pressuposto de que tudo só foi e é possível porque existem pessoas neste caso os indivíduos com capacidade de pensar e agir no mundo.

Cabe ressaltarmos que aqui o indivíduo passa a ser o padrão de medida para a existência do grupo. A análise do indivíduo neste item será caracterizada a partir da contribuição de Louis Dumont.

E ele caracteriza o indivíduo de duas formas como sendo “um objeto fora de nós” e “um valor”. No entanto o objeto fora de nós representa o ser que pensa, age e quer, ou seja, a “a amostra individual da espécie humana” a que está em todas as sociedades.

E o valor representa o ser moral que é independente e essencialmente não-social, de modo que carrega nossos “valores supremos” e que está em nossa ideologia moderna ocupando o primeiro lugar do homem e da sociedade.

Por esse motivo Dumont (1985 p. 37) distingue duas espécies de sociedade. “Quando o indivíduo constitui o valor supremo, falo de *individualismo*; no caso oposto em que o valor se encontra na sociedade como um todo, falo de *holismo*”.

Do ponto de vista que caracteriza as primeiras sociedades, elas foram estabelecidas pela ideologia holista de modo onde o valor se encontra em sua totalidade.

No entanto o “indivíduo-fora-do-mundo”, ou o “renunciante” como é posto pelo autor, é aquele que buscava independência e autonomia e que não se encaixava dentro do sistema. Nesse sentido esse indivíduo é aquele que busca um valor supremo em si mesmo, e que isso só seria possível se tivesse o distanciamento do mundo social para se desenvolver espiritualmente. Esse mesmo indivíduo está fora e acima da organização social, pois o valor do indivíduo perpassa a desvalorização do mundo como existe.

Dumont (1985) ainda explica que o essencial para nós é o abismo que divide o renunciante do mundo social e do homem no mundo, ele

frisa que a libertação só acontecerá para aqueles indivíduos que abandonam o mundo.

Só será possível o desenvolvimento espiritual, quando ocorrer por parte do indivíduo o distanciamento do mundo social. Pois a relativização da vida é resultado da renúncia ao mundo.

O autor ainda indaga a seguinte questão “o individualismo deve aparecer numa sociedade do tipo tradicional, holista, será em oposição à sociedade e como uma espécie de suplemento em relação a ela, ou seja, sob a forma de “indivíduo-fora-do-mundo”. A premissa aqui é avaliar como a sociedade considera a cultura individualista. Nessa premissa o entrevistado II relata que muitas pessoas até mesmo os vizinhos do assentamento não compreendem o grupo, ele ainda relata que o “individualismo é maior que a forma coletiva empregada no grupo”.

A tensão que o homem moderno sofre para avaliar de forma positiva a verdade e a realidade acaba por dificultar ainda mais sua forma de ver e se sentir no mundo que o rodeia.

Se compararmos e considerarmos a ideia de mudar o mundo, essa expressão soa de forma absurda nesse contexto quando passamos a compreender que isso só poderia ser possível numa civilização que pudesse manter durante muito tempo uma distinção entre a vida prometida para o homem e a vida que ele acredita ser dele de fato. O indivíduo passa a entender que nem sempre faz parte do espaço em que está inserido, pois o mesmo tem-se vontades, hábitos e valores que estão em suas raízes (DUMONT 1985). Observa-se em relatos dos entrevistados que a individualidade está presente em cada ser humano onde cada um mostra que também possui seus interesses individuais quando pensa apenas em si mesmo vivendo em um ambiente coletivo, “muitas das vezes os vizinhos pensam apenas neles e não nos outros, quando usufruem por exemplo de alimentos que podemos utilizar para fabricar doces, cozinhas como legumes e utilizam para alimentar seus próprios animais⁸.

⁸ Essa área corresponde a 20m por 50m esse espaço do lote foi também pensado em uma maneira de reforçar o trabalho coletivo. (Relatos de Experiência).

O aspecto a ser considerado na perspectiva do indivíduo é que ele carrega consigo ideias que são impostas pela sociedade, e que nos remete as questões ideológicas que representam as pessoas no sentido de manter a ordem existente.

A instauração da cultura individualista para o autor se deu no Ocidente de modo que ele passa a acreditar que ocorreu como uma manifestação da ideologia moderna, a partir dos traços da economia, da política e dos aspectos religiosos. Dumont ressalta que na concepção de indivíduo é um ser livre, único e responsável por si e pelos seus atos. Tornando-se assim cidadão para o Estado, adquirindo desta forma direitos e deveres.

Dumont (1985) explica que muito além da legitimação do poder político e principalmente da vontade divina o individualismo se caracteriza a partir do pensamento democrático fundamentando o contrato social sustentando a chamada sociedade política.

O intuito é diferenciar o indivíduo ideológico que pensa e age apenas para si, a fim de querer dominar o todo, e o indivíduo que vai para além do individualismo que pensa nos fenômenos da totalidade não se importando somente consigo resultando no indivíduo solidário e coletivo com ideais utópicos.

Aspectos esses que nos faz pensar os indivíduos que compõem o N17, onde aprenderam a pensar no todo e não mais apenas em si, enfatizando ainda mais o sentimento de comunidade. Porém ainda carregam consigo uma ideologia particular constituída por suas crenças, hábitos, cultura trazida de suas raízes e incorporadas ao seu inconsciente.

A compreensão dessas características perpassa as análises iniciais desse contexto sobre o indivíduo em sua individualidade de modo que o mesmo venha a pertencer a sociedade. Em outra posição se encontra os elementos da comunidade que representam as vontades humanas nas relações de reciprocidade de modo a sustentar as características da coletividade e cooperação. Essa contrariedade percebida nesse contexto

nos leva a considerar aspectos para que possamos compreender a mentalidade do N17 no todo de forma ímpar.

Para TÒNNIES (apud MIRANDA, 1995), as relações da sociedade se dão de maneira fragmentada, de modo a exaltar o indivíduo, passando a ser chamado de agregado mecânico artificial. O resultado perpassa ao indivíduo tornar-se pessoa requerendo responsabilidades de si e também do outro, sendo compreendido como um par e não apenas um ser uno.

Consideramos então que a comunidade para o autor (apud. MIRANDA, 1995) se difere da sociedade. No entanto a característica de comunidade para ele é definida como sendo a “vida real e orgânica” ligando as pessoas e fazendo se reafirmarem de maneira recíproca nas relações sociais de vizinhança, amizade e também a de mais proximidade que é a de grau de parentesco.

O processo de construção do grupo partiu do pensamento no todo. O método que as famílias aderiam para as tomadas de decisões coletivas foram as reuniões semanais para que tudo seja decidido democraticamente onde todos têm direito x dever de participar, dar opiniões sugerir decisões afim de que a mesma é adotada pela maioria. No quesito trabalho, produção e divisão das tarefas da organização o mesmo constituiu-se por setores, sendo cinco setores e uma direção. O setor de subsistência e da horta são responsáveis pela produção de alimentos para o autoconsumo. O setor da pecuária tem a função do trato com os animais (gado) que garante o consumo do leite e da carne para as famílias e também a venda de leite. O setor do pivô é responsável pelo maquinário, plantio e comercialização. O setor Ornamentação e mística, tem a preocupação com as novas gerações em deixar viva a história de luta e conquista pela terra a fim de não deixar morrer o grupo em sua essência do coletivo através das atividades culturais e ornamentações dos espaços do grupo. Foi criado atualmente o setor de suínos que garante a alternativa da carne. Cada setor tem seus respectivos coordenadores e os mesmos têm autonomia na realização das atividades, deste modo elas são realizadas de acordo com as necessidades e prioridades. Esse relacionamento tem por objetivo a obtenção do bem-

estar comum principalmente no aspecto da produtividade por ser o recurso de geração de renda do grupo, portanto a reciprocidade e a cooperação são elementos de fundamental importância.

Deste modo compreende que "Tudo aquilo que é partilhado, íntimo, vivido exclusivamente em conjunto, será entendido como a vida em comunidade" (TÖNNIES, apud MIRANDA, p. 231). Faz-se dessa maneira considerar que o grau de reciprocidade entre os seres humanos se fortalece a medida que as relações sociais ligam uns aos outros tornando-se não somente indivíduo, mas sim o considerando como pessoa da qual pertencente aquele espaço.

A sociedade passa a ser entendida para o autor como a coexistência de indivíduo que independente entre si, de modo que está para si e isolado perante os outros, compreendendo que as esferas são elementos particulares limitando poder e contato com os demais, a fim de terem para si. (TÖNNIES, apud MIRANDA, 1995).

O choque que é colocado pelos autores se baseia no que Tönnies observa quando considera que existe conflito entre os valores comunitários e societários e que ambos são movidos e motivados pelas vontades.

Segundo o pensamento de Tönnies as vontades advêm das formações sociais e não apenas dos indivíduos da sociedade que tentam forçar o desenvolvimento pelo capitalismo visando apenas o conhecimento e o lucro que resulta na exploração.

No que concerne os elementos da comunidade o autor a compara com a vida na aldeia onde os laços entre as pessoas, a igualdade e a cooperação eram traços presentes e que davam significado a comunidade.

É o laço entre as pessoas, os elementos de igualdade, solidariedade e principalmente a cooperação que remete a vida em conjunto presente no N17, aspectos esses reforçados por Miranda (1995, p 65), quando ela diferencia a aldeia como referência histórica da comunidade-tipo e sociedade-tipo, onde os mesmos receptivamente são caracterizados uma pela "expressão da igualdade e o vigor dos fenômenos e valores

identitários". E o outro como "a troca e o desenvolvimento histórico capitalista".

Tonnies explica que a existência da sociedade se deu no rompimento da vida e do modelo de organização em forma de aldeia, para a vida na cidade, de maneira que os laços comunitários entre as pessoas passaram a não existir.

O autor ainda enfatiza que são as vontades que impulsionam as mudanças e que essas mudanças predominavam no modo de vida das aldeias, principalmente nas relações de parentesco, amizade que ligam essas pessoas e são denominadas de gênero ligados organicamente que se refere a característica da comunidade sendo a forma comum, verdadeira e duradoura. As vontades para Tonnies são chamadas de *Wesenwille* e *Kurwille*.

As mudanças que são impulsionadas pelas vontades acabam por refletirem no desenvolvimento dos locais e se tratando da análise presente as cidades que os motivou a troca dos indivíduos para lá acaba por estabelecer uma coletividade societária que se remete a uma estrutura mecanizada no qual o sujeito é o indivíduo, e não a coletividade. Dando ênfase na sociedade, a qual ela se torna a vida pública e com isso se torna o próprio mundo. (TÖNNIES, apud MIRANDA, 1995).

A ligação das pessoas na comunidade está presente nos mais diversos momentos da vida, os membros da comunidade compartilham do bem-estar e principalmente dos momentos mais difíceis. Retrato nítido no N17, pois a comunidade divide os momentos prazerosos um com os outros, mas é nos momentos mais difíceis que todos se dão as mãos para se ajudar a exemplo disso é o discurso dos entrevistados "Já aconteceu de ter acidentes aqui dentro do grupo de que tivemos que sair correndo porque foi sério e é nessas horas que a gente vê que o nosso grupo é muito unido e que nessas situações um está do lado do outro para apoiar, até mesmo as crianças ficam preocupadas e ficam perguntando pela pessoa que se acidentou. Quando ela vai volta se ela está bem?"

A ênfase da condição social do homem se dá sobre os fatos sociais e sua ideia abstrata sobre a noção do indivíduo ocorre de modo que o

mesmo não é apenas um ser único pois suas ações estão sujeitas ao crivo da coletividade Durkheim (1985).

Entendemos dessa maneira que tanto a sociedade quanto a comunidade serão constituídas por indivíduos. A diferença que sustenta esse aspecto e de que maneira os indivíduos se enxergam e ao mesmo tempo pertencem ao meio em que estão inseridos. Partir desses elementos que as características de sociedade e comunidade serão definidas.

2.3 Conflito político: hegemonia e contra hegemonia

A concepção da relação e distinção da sociedade e da comunidade perpassa as condições de vida existente, por infinitos motivos que essas diferenças existem, o que remete essas condições reflete também nos conflitos políticos existentes no N17, quando nos referimos aos indivíduos e principalmente as questões relacionadas a coletividade.

Para entender esses conflitos utilizaremos a conceituação de hegemonia e contra Hegemonia do filósofo Antônio Gramsci, que nos dá condições de compreender a relação de poder dos indivíduos ou sobre os indivíduos.

O autor em seu entendimento, refere-se a hegemonia como a combinação da direção moral, política e intelectual da sociedade e pressupõe também o consenso das questões relacionadas a liderança cultural e política-ideológica de uma classe com função de dominação. Além disso a hegemonia entra em choque com os sujeitos da ação política, devido os juízos de valores, percepções e princípios existentes.

A hegemonia ainda pode ser entendida e obtida em embates vinculados a estrutura econômica e à organização política, envolvendo as questões de saberes, práticas, representações e modelos de autoridade que necessitam legitimar-se e universalizar-se (GRAMSCI 2002b),

A hegemonia é construída pela sociedade civil, de modo que o consentimento e a força fazem parte de seu conjunto, buscando através da liderança cultura e política ideológica seu fortalecimento. A dominação

do Estado passa a ficar sob controle da estrutura econômica, pela força e coerção.

A compreensão da hegemonia para Gramsci reflete no papel da sociedade civil que se refere ao conjunto de organismos privados da sociedade. E a sociedade política ou Estado sendo dessa forma o grupo dominante que exerce “domínio direto e comanda a sociedade que é expressa pelo Estado e o governo jurídico. Compreende-se com esses aspectos o uso em alguns momentos de consenso e em outros da força e da coerção.

Esses momentos alternam-se e ao mesmo tempo, convivem dialeticamente sendo fundamentais para a compreensão, manutenção e conquista da hegemonia. O que corresponde à realidade prática da sociedade, só é possível sustentá-la de forma durável a dominação pelo consenso e principalmente pela coerção.

Quando tratamos de hegemonia dentro do N17 configuramos na realidade do grupo em que se sustenta até nos dias de hoje de forma durável, no entanto isso só é possível pelo grupo em consonância do todo. Pois por mais que existam as antigas lideranças do MST ali dentro, o grupo expressa as decisões políticas, econômicas e sociais do grupo em virtude do que a maioria em assembleia acata, mesmo que alguns ainda discordem ou acatem porque a maioria está de acordo. Nesse ponto é possível observar que nessas horas que os conflitos políticos muitas vezes ocorrem. (Observação Participante)

Deste modo não se pode apenas entender a hegemonia pelo simples limite de uma pura coerção, pois fazem parte de consenso e deve-se incluir as relações culturais e o consentimento social, a fim de convicções que perpassam as normas morais, as regras de conduta, podendo haver dessa maneira a ruptura ou então a superação de crenças e sentidos da vida ou diante dela e do mundo (GRAMSCI 2002b).

O que constitui a hegemonia são os espaços que ela ocupa ao longo do tempo nos processos históricos e na superestrutura ideológica cultural, de modo que suas formas variam conforme sua natureza, e também como são exercidas essas forças.

No entanto na concepção gramsciana, a hegemonia se constitui de um bloco histórico que lidera articula e da coesão as características da vontade coletiva através de diferentes grupos sociais sendo definida como “consciência operosa da necessidade histórica” (GRAMSCI, 2000b, p.17).

Deste modo, Gramsci acreditava ser fundamental entender como se organizavam as vontades coletivas, e quais as condições que permitiam garantir essas vontades partindo do pressuposto de que como a estrutura garante nitidez para a esfera das complexas superestruturas. Ainda assim para Gramsci (2004b), são as condições políticas e ideológicas que concernem maturidade, pois sua preocupação pautava na compreensão da complexidade em que alcançavam o desenvolvimento e como eram condizentes com as matérias obtidas, impulsionando assim mudanças na sociedade.

Contudo o autor busca compreender a complexidade das relações de formação do consenso através das direções ideológicas dos principais aspectos da hegemonia quando identifica o nascimento dos movimentos históricos que possuem base sólida na estrutura existente questionando que as crises econômicas, fossem as próprias criadoras de seus eventos históricos fundamentais orgânicos.

No que condiz à influência ideológica e sua consolidação em um bloco hegemônico é preciso apoiar e conservar suas orientações. Para isso Gruppi (1978) compreende que uma classe é hegemônica através de suas ações políticas, ideológicas e culturais, contudo só é possível articulando forças heterogêneas para impedir que se exploda o contraste existente. Tais forças acabam por produzir na ideologia dominante uma crise levando a recusa da ideologia o que caracteriza a crise das forças políticas do poder.

Deste modo a direção ético-política depende do poder que é conferido a ele, mas é preciso também de estratégias de persuasão e principalmente argumentação, além de concatenar as ações e as ideias convincentes de interpretação dos aspectos que remete ao quadro social, só assim será possível modificar mentalidades abrindo assim caminhos e

premissas éticas capazes de afirmar e apoiar consensos diante do conjunto da sociedade.

Gramsci (2004a) reflete esse aspecto quando obtém consenso de forma gradual perante a reforma moral e cultural no que diz respeito a um bloco de classes ao poder, no que concerne entender que a penetração cultural se impregna de ideias em que os homens pensavam apenas em resolver seus problemas econômicos e políticos por si mesmo desvinculando dos demais que se encontravam na mesma situação.

Essa prerrogativa ainda se vincula na construção da hegemonia no que remete ao grupo social ser dirigente antes de possuir o poder governamental, Gramsci (2002a) entende que exercendo o poder e o mantendo em mãos, tornar-se assim dominante dele.

A explicação da expressão acima de Gramsci pode ser melhor compreendida por Guido Liguori (2003) quando ele expõe que a classe mediante ao poder se tornará Estado e que o mesmo pode ser dirigente e também dominante. As classes subalternas se tornam realmente hegemônicas a partir desse momento, mostrando um novo tipo de Estado, e que com ele é preciso construir uma nova ordem moral e intelectual, que segundo (Gramsci 1999, p 225) é “um novo tipo de sociedade e, conseqüentemente, a exigência de elaborar os conceitos mais universais, as mais refinadas e decisivas armas ideológicas”.

Só será possível as classes subalternas se transformarem em ordem vigente se converterem principalmente em força efetiva, que possa resultar em objetivos de iniciativas e princípios ideológicos. No entanto Gramsci ressalta que todos os resultados positivos e duradouros dessa classe, só estabeleceram se conquistarem a hegemonia no plano das ideias fazendo com que a sociedade se envolva, requerendo dessa maneira condições político-culturais para que possam acontecer mudanças necessárias nesse quesito.

Os marcos das superestruturas convergem para a sociedade política que se configura nos mecanismos das classes dominantes no que representa e detém o monopólio da repressão que se identifica através da coerção e o controle dos grupos burocráticos onde se aplicam as leis e as

representam, nesse caso assegura as questões legais da coerção estatal que prevê o comando e direção nos momentos de crise.

Na contraposição e ao mesmo tempo concatenada está a sociedade civil que se reafirma na conjuntura da propagação das ideologias ao passo das concepções de mundo. Compreendendo deste modo as instituições de acordo com o sistema. (GRAMSCI 2000)

Partimos da concepção de que as superestruturas sejam elas (sociedade) civil ou política se diferenciam em seu cotidiano pelas funções e sobretudo na ótica da reprodução do trato com o poder. Em síntese, a sociedade civil está na busca constante de aliar “certos” indivíduos para seu propósito pelo consenso e direção. Do outro lado, a sociedade política impõe as classes uma dominação que caracteriza o aspecto da imposição.

Neste sentido que os aspectos da hegemonia se fazem presentes no N17 quando uma grande instituição financeira impõe o modo do capital atuar na produção agrícola do grupo. Isso ocorre devido o grupo não ter capital suficiente para poder comprar em espécie os insumos e as sementes para o plantio.

De acordo com o Entrevistado III “ele coloca que muitas vezes é melhor fazer pesquisa e comprar em vários lugares os produtos para o plantio do que pegar de uma empresa específica. Os benefícios seriam em uma melhor produção com mais ganhos.”

Pode-se dizer que somando as superestruturas política e civil, possuímos um resultado chamado hegemonia munido de coerção. Porém Gramsci (2002a) explica que em algum momento da história pode ocorrer através dos aspectos da hegemonia e dominação podendo haver uma síntese de algum aspecto em que um deles irá se sobressair.

Diante desse cenário o que sobressai neste momento perante a hegemonia é o fato de que conforme o entrevistado III diz “tudo depende da organização interna do grupo. Pois o que falta é nos organizarmos para guardar o capital para investir e comprar os produtos para o plantio da safra à vista e em lugares com preço melhor. Sem ficar devendo os

produtos para serem pagos na safra”. Deste modo isso acaba por deixar o N17 a mercê do mercado, no que se refere a hegemonia e a coerção.

As questões ideológicas na visão gramsciana são pautadas no cunho histórico, parte do enfoque da potencialização e capacidade de condensar e manifestar os ideais de mundo na realização histórica da sociedade civil, de modo que se eleve os interesses econômicos-cooperativo e privado, somente com a passagem de indivíduos capazes de expressar seus sentidos a fim de mudanças. Todavia existe na sociedade civil pretensões que não sejam apenas do Estado, o que resulta em luta de classes, contradições e disputa de forças dos grupos sociais, para assim reforçar a hegemonia existente.

Os conjuntos ou aparelhos privados consolidados e apoiados na sociedade civil são os agentes da hegemonia, no que consiste em manter a dominação ou contrariar suas suposições. Pois os elementos da hegemonia não podem ser encaixados apenas no contexto do privado, pois em casos efetivos perpassam o Estado. Nesse contexto Gramsci explica que “o Estado tem e pede o consenso, mas também *educa* este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados” (GRAMSCI, 2000a, p. 119, grifos do autor). Deste modo atuam como difusores das ideias particulares de mundo os aparelhos hegemônicos pois pretendem ratificar-se na sociedade civil.

A concepção dos aparelhos hegemônicos para Gramsci acaba por referir-se tanto ao aparelho político cultural das classes dominantes como também em aparelhos privados de hegemonia ou sociedade civil. Esses aparelhos para Gramsci não exercem hegemonia somente para as classes dominantes, acabam por inspirar deste modo as classes subalternas também. O autor ainda explica que o aparelho privativo da hegemonia possibilita autonomia em relação ao Estado em seu sentido preciso, possibilitando autonomia no sistema das ideologias a fim das classes menos favorecidas obtenham a hegemonia mesmo antes de alcançarem o poder de Estado. Deste modo as classes subalternas podem se tornar agências privadas de hegemonia sobre seu comando pelos projetos políticos, se dividirem dos aparelhos ideológicos do

Estado. Pois a ideologia determina o processo de produção do Estado assegurando a sua dominação.

A compreensão hegemônica para Gramsci parte do entendimento de que a conquista do poder deve ser antecedida pelos embates pela hegemonia o consenso dentro da sociedade civil em seu sentido integral dentro do Estado.

É no acesso aos momentos econômicos e ético-políticos que estão presentes as necessidades econômicas e deste modo devem ser implantadas estratégias e projetos na concepção universal, com capacidade de atingir os aspectos morais e intelectuais por um todo dentro da sociedade.

E para além da contribuição hegemônica mencionada até o momento, existe as concepções de reflexão das ações contra hegemônicas. Gramsci (1999) entende que as ações contra hegemônicas são instrumentos que criam uma nova forma ético-política que perpassa os aspectos de reverter as condições de exclusão e marginalização imposta pelas camadas sociais do modelo de produção capitalista. Quanto nos referimos ao N17 a partir deste contexto contra hegemônico o que prevalece pelo grupo são as garantias das vontades coletivas que se dão no entorno da formação do grupo em finalidade de resistir a unidade, para se manter produzindo e tirando o sustento da condição que gerou a luta pela conquista do grupo que é a terra e pela maneira como o grupo decidiu se organizar. (Observação Participante). O quesito mostrado pelo autor é que a hegemonia é resultado dos confrontos entre as forças e as classes dominantes em certo período histórico, podendo ser revertida, transformada e modificada pelos processos de lutas e vitórias que ocorrem através da contra hegemonia sendo exemplo claro o N17.

Para transformar o conhecimento crítico em realidade é preciso argumentar as alternativas como intuito de dobrar o senso comum a fim de transformar em crítica real da racionalidade dos modos de pensar. Essa crítica tem significações que perpassam a reordenação das concepções sobre o mundo vivido com o intuito de confrontar as razões

hegemônicas do sistema, a fim de alterar o presente com ações convincentes.

O pensamento contra hegemônico requer a reorganização dos enfoques ideológicos no que consiste na contribuição do mesmo para as alterações graduais e permanentes das relações sociais e de poder. No entanto é preciso utilizar de mecanismos e projetos contra hegemônicos para que as mudanças sejam efetivas, para que desta maneira haja a ruptura do sistema.

O N17 os aspectos contra hegemônicos são expressos a medida que o grupo se organiza, “pois, o grupo foi escolhido só vinha quem queria vim mesmo viver no modelo que estávamos propondo, quem não quis podia continuar no acampamento buscando e lutando pelo lote que sonhava” (Observação participante). Na conjuntura de formação de um grupo diferente dos demais que presa pelo coletivo em vez do individualismo, a estrutura de moradia foi pensada na mesma condição de coletivo. O grupo se organizou em agrovila de modo que as dezenove famílias fossem agrupadas um lote pequeno que daria para construção que pudesse ter ainda um local pequeno destinado ao cultivo de pomares ou jardim. As casas foram alocadas uma ao lado da outra para que fosse mínimo o espaço destinado ao individualismo. De acordo com a Entrevistada I “esse espaço é visto pelos moradores como sendo a única parte do grupo que detém da individualidade das famílias. O local é pequeno para que a condição de coletivo sempre seja maior que o individualismo. Tendo mais espaço no seu quintal as pessoas deixariam de plantar na aérea coletiva para plantar no seu quintal deixando o intuito do grupo de lado.”

O que nos remete na categoria gramsciana é a concatenação dos aparelhos privados a fim de favorecer os organismos coletivos de natureza voluntária com ênfase na participação social e cultural das classes menos favorecidas voltadas para a contra hegemonia. A concepção aqui é dada pelo contexto citado acima de modo que o grupo favorece as questões do coletivo.

O autor ainda se refere ao Estado nessa conjuntura que a esfera de soberania do mesmo molda as questões ético-político com o intuito de elevar essa massa da população a determinado nível cultural e moral no que concerne ao desenvolvimento das forças produtivas. Sendo que o Estado ético-político tem como prerrogativas a inclusão social, o cuidado com os bens públicos comuns e com as tradições culturais além da repartição igualitária das riquezas e da terra. (GRAMSCI, 2000b).

É na conjuntura da prerrogativa da imposição ideológica no que concerne o sistema hegemônico que remete ao capitalismo na supremacia de poder e das classes dominantes que favorecem apenas uma parcela da sociedade, que remetemos o N17 nos elementos contra hegemônicos. A fim de mostrar através da sua formação social e organizacional que há possibilidade de criar uma nova forma ético-política que converge com o que está imposto no sistema. Assim, se reverte de forma concreta as condições de exclusão e marginalização dessas classes menos favorecidas. O N17 constitui uma possibilidade palpável de que mesmo inseridos no sistema é possível criar fissuras contrária a ele, favorecendo mais o conjunto em vez do individual.

3. POR UM OUTRO DESENVOLVIMENTO

3.1 O Sistema e o Mundo da Vida

A dialética entre sistema e mundo da vida que baseia a teoria do agir comunicativo de Jurgen Habermas em 1981 traduz a complexidade da teoria. Para Habermas o objetivo foi formular uma teoria orgânica da racionalidade crítica e comunicativa que se fundamenta no agir instrumental e o agir comunicativo que se resume no “sistema e mundo da vida”. De maneira que o agir instrumental que é o Estado e a organização econômica se vincula no sistema. O mundo da vida se vincula ao agir comunicativo que corresponde ao conjunto de valores que cada ser humano de maneira natural possui para “viver” individualmente ou em comunidade. Além do Estado, podemos incluir nesta abordagem habermasiana o mercado enquanto agente racionalizador das ações dos indivíduos no mundo da vida. Tal racionalização ocorre por meio da competição que perpassa a mentalidade dos indivíduos, infiltrando-se no mundo da vida. Este, por sua vez, corresponde a sociabilidade cotidiana, a qual se movimenta a partir da solidariedade, sendo simultaneamente contrabalançada pela competição. Trata-se, pois, de uma dialética operante nas ações dos indivíduos: competição e solidariedade tornam-se disposições cambiantes e entrecruzadas na construção da visão de mundo de determinados grupos sociais (HABERMAS,2012).

Podemos indicar a presença desta dialética na forma própria de organização do N17. O pressuposto é compreender quais os pontos que o N17 detém do agir comunicativo (solidariedade) no “mundo da vida” para além da competição inerente ao mercado que corresponde ao sistema e, nesse entrecruzamento, quais os aspectos que se direcionam ao agir instrumental que satisfaz a racionalidade de mercado.

O agir comunicativo refere-se à interação de dois ou mais sujeitos capazes de falar e agir estabelecendo a relação interpessoal, buscando entendimento de uma dada situação para que, de forma concordante, possam coordenar suas ações e planos (HABERMAS, 2012). Gutierrez e Almeida (2013) argumentam que Habermas fundamenta a teoria no

conceito de ação, pois tem como função a capacidade de interação entre os sujeitos sociais intra e entre grupos, cercando-se dos objetivos que podem ser vistos pelo próprio agente da ação. Deste modo, consideramos que Habermas dá prioridade nas ações de natureza comunicativa para compreensão do ser humano em sociedade. Em se tratando da organização social, a compreensão autocompreensão do ser humano se estabelece nas ações realizadas. Neste processo de reconhecimento enquanto grupo social, as experiências de vida inerentes ao N17 manifestam elementos da racionalidade comunicativa combinados com aspectos da racionalidade instrumental. Em outras palavras, no cotidiano do N17 encontramos tensões demarcadas pela sobreposição de ações voltadas para a solidariedade e para o mercado de maneira concomitante. Esta constatação pode ser observada em meio à descrição das experiências que revelam as tensões do N17.

O N17 em sua amplitude, luta constantemente com o principal fator de tensão e conflito do grupo é a questão do individualismo. “Uma das principais dificuldades no início vivendo num grupo coletivo é quando o n17 resolveu priorizar a comida. Priorizando a comida e a subsistência das famílias, isso não dá dinheiro. Aconteceu de passar muito aperto financeiro, não tinha dinheiro, mais tinha comida e muitas pessoas desistiram de ficar no grupo por esse motivo”. No entanto para que a experiência coletiva aconteça é preciso que o todo se sujeite a regras para que o objetivo comum aconteça. O principal conflito existente é o pensamento individual X coletivo que resulta na desistência das famílias pelas situações de enfrentamento das dificuldades do dia a dia.

Diante das tensões produzidas por dois modos de encerrar a realidade, competição e solidariedade, o caminho se abre para a busca de consenso, o que, de acordo com Habermas, deve ser um espaço construído pela comunidade de falantes, que em meio a este estudo refere-se aos membros do N17 que por meio das reuniões e prosas que ocorrem semanalmente para decidir e resolver as questões cotidianas do grupo e também as assembleias que se volta para as questões mais importantes como produção, desistência de alguma famílias elementos

estes que manifestam pela comunidade de falantes aqui representada pelo N17 a maneira de produzir um consenso para a vida do coletivo. A busca comunicativa de consensos mediada pelo agir comunicativo se dá como fundamento para o mundo da vida. Assim, o mundo da vida emerge como um acervo de concordâncias, sobre as quais não é preciso necessariamente o debate explícito para chegar a uma conclusão, pois é realizado também pelas definições previamente consensuais, em que no N17 todos tem direitos e importância de maneira igualitária independente de gênero onde o que se presa é o bem-estar comum é por essa conjuntura que se reestrutura o mundo da vida e orienta não mais no sentido da ação e sim no princípio da integração social (GUTIERREZ e ALMEIDA, 2013).

A racionalização do mundo da vida é orientada pelos mecanismos que representam a comunicação linguística que emergem de forma pura a partir das pretensões de validade, de modo que o mundo da vida compartilha as convicções a respeito da realidade, veracidade, correção normativa e autenticidade dos participantes no diálogo, referindo a um mundo objetivo de fatos, a um mundo social das normas e a um mundo das experiências subjetivas (PINTO, 1995).

A essa racionalidade do mundo da vida que está presente no N17 de modo que as experiências subjetivas do grupo o fizeram e o fazem se manterem durante esses quinze anos de formação e organização coletiva, mesmo que as interações individualistas perpassam o mecanismo implantado é pelos gestos e compreensão dos pequenos “as crianças” que ali nasceram e se sentem pertencem aquele local que o grupo acredita que está no caminho certo. De modo que é possível visualizar esse grau de pertencimento a esse mundo da vida através das falas “Vamos brincar com a nossa bola. Vamos pinta com os nossos lápis”. (Entrevistada III). São esses detalhes que mostram o que está sendo ensinado pelos adultos e que isso é absorvido pelos pequenos. As crianças do grupo a maioria são nascidas no grupo elas não vivenciaram o individualismo elas vivem o coletivo em seus diversos momentos quando acompanham os pais na lida do dia do dia, no lazer e em casa.

As relações interpessoais têm o objetivo de compreensão quando ocorre a interação sobre os planos de ação com vistas para a coordenação das ações pelo caminho do conhecimento (PINTO, 1995). Além do conjunto de valores que estão vinculados ao agir comunicativo e que se refere ao mundo da vida no cotidiano das relações interpessoais, Habermas relata ainda as questões sobre o agir instrumental que parte dos subsistemas que são administrados pelo poder na forma da organização política e econômica, sendo estas esferas orientadas por meio da moeda dirigindo-se ao mercado de modo que as ações estratégicas buscam compreender o comportamento do ouvinte, pelo sujeito falante, tendo em vista o convencimento da comunidade de falantes (GUTIERREZ e ALMEIDA, 2013).

Oliveira (2008) relata que os valores de troca e do poder administrativo para Habermas tornam a sociedade e o estado autônomos mediante aos meios que o controlam, assim tornam autônomos pela relação ao mundo da vida se estruturando comunicativamente, deste modo tornaram as esferas privada e públicas em manifestações supercomplexas. E a interferência no mundo da vida se dá pelo sistema da super complexidade que são ameaçados pela colonização interna, colocando em risco a autonomia do mundo da vida. Que quando relacionamos ao objeto de estudo N17 essa racionalidade instrumental chamada de mercado interfere dentro do mundo da vida principalmente quando se há a necessidade de compra no setor de produção de compra de sementes e insumos para o plantio “não podemos dizer que nesse quesito temos parceiros porque negociamos com uma empresa grande a compra desses itens porque na maioria das vezes não temos dinheiro antecipado, no entanto é feito contrato para pagar na safra com grandes taxas de juros.” (Entrevista Aberta). E esse é um dos aspectos que contribui na produção do consenso do grupo favorecendo a introdução da racionalidade instrumental dentro do N17 criando de maneira imposta pela condição financeira dos mesmos as fissuras na auto-organização.

Oliveira (2008) ainda refere aos imperativos sistêmicos como intervenção da estrutura do modo comunicativo pelos âmbitos da ação.

Configura principalmente os elementos da produção de integração social e da socialização por interface da manifestação da cultura que é produzida pelo mundo da vida. As intervenções dos imperativos sistêmicos abalam a estrutura do modo comunicativo principalmente nas relações de interação social e a socialização dos indivíduos pela manifestação de sua cultura e da sua condição individual no N17 essa conjuntura da ação comunicativa se abala quando membros do grupo manifestam seus desejos individuais, os seus valores a sua busca pela religião que muitas vezes está fora do meio em que se vive, elementos esses que mexem de forma oculta mais diretamente com a lógica comunicativa do grupo, fazendo com que os imperativos sistêmico abalem a estrutura do n17 . Podemos notar no grupo esse abalo na ação comunicativa quando em reunião um membro manifesta seu desejo de ir embora do grupo, principalmente quando o elemento da individualidade aflora no indivíduo, de modo que esse modelo de vida já não lhe satisfaz como ser humano. “Esse momento é o momento mais difícil e dolorido. É o momento onde pensamos onde erramos se é o grupo ou se é o indivíduo que não conseguiu se adaptar ao coletivo. É aí que refletimos onde devemos melhorar.” (Entrevista Aberta)

O que se nota é que os imperativos da economia e da administração de hoje que nada mais é que o próprio imperativo do sistema que são transmitidos principalmente através individualismo, do dinheiro e poder introduzem nos mundos da vida de maneira destrutiva (OLIVEIRA, 2008). As sociedades capitalistas avançadas e democráticas de nosso tempo não possuem o conflito de classe como o principal, mas o que deriva do sistema em relação aos mundos da vida pelo processo de colonização. Quando nos referimos ao N17 o processo de colonização se dá antes mesmo da sua formação, ocorrendo lá nos acampamentos dos Sem Terra é ali que começa o convívio a organização as trocas de experiência de vida e que vão moldando o jeito de ser a identidade, é a partir da formação, organização e divisão das tarefas dentro do acampamentos que forma os valores pela base da solidariedade, união e ajuda ao próximo. É nessa conjuntura que o N17 é formado. “Entrevista aberta”. É

nesse sentido que a confiança de Habermas está nos inserida nos movimentos que lutam em defesa dos mundos da vida, que os fazem autônomos e os enriquece em relação às ameaças de colonização retratadas de forma contínua pelo sistema (OLIVEIRA, 2008). Nessa perspectiva de ameaças contínuas geradas pelo sistema que as relações sócias vividas pelas pessoas dentro do grupo podem ser vistas fora dele na medida em que os indivíduos se relacionam com outros indivíduos fora do grupo, seja na escola ou em momentos de lazer. É nessas relações fora do convívio habitual que a racionalidade comunicativa pode ser visualizada.

“E as crianças que tem nos ensinado muito, temos prestado muita atenção no comportamento das crianças. Tipo nos adultos tivemos um período fora do grupo e quase metade da vida fora daqui. A gente viveu muito tempo no individualismo fora e a gente ainda tem um pouco do individualismo aqui que é a casa da gente que daí cada um faz do jeito que quer, o dinheiro que pega investe se quiser e tal e ainda tem isso aqui dentro do grupo, por estamos num sistema capitalista onde o sistema ai fora diz o que. “QUE EU TENHO QUE TE USAR PRA SER ESCADA PARA MIM CRESCER” então todo dia a gente vive esse conflito”.
(Entrevista Aberta)

O conflito entre mundo da vida e o sistema é visto através da fala da entrevista. Para Habermas de ver corrigida a herança do racionalismo ocidental, o qual se sustenta na instrumentalização e competição projetadas sobre o mundo da vida. De outro modo, existe a necessidade da mudança de paradigma de modo que a filosofia do sujeito seja incorporada pela filosofia da intersubjetividade comunicativa salientados pelos mundos da vida. Não obstante, a ótica de Habermas é baseada pela crítica procedimental da razão comunicativa e intersubjetiva. Essas esferas funcionam como alicerce na compreensão das sociedades modernas. É necessário elaborar respostas apropriadas para as relações humanas nas múltiplas instâncias, especificamente nas esferas da política, das relações sociais (PALERMO, 2013). Habermas enxerga a sociedade mecânica com consciência normativa partindo do agir comunicativo e na integração social, na medida que o intermédio do

acordo normativo deve as sociedades orgânicas pautadas na divisão social do trabalho por meio do nexos sistêmico. É por esses meios que a divisão do trabalho no N17 perpassa a lógica da interação social de modo que o trabalho foi organizado por setores e cada setor tem dois coordenadores que estão a frente para direcionar as tarefas diárias e sendo priorizado as necessidades de cada setor, sendo expressas no estatuto que gere o grupo como uma ação do conjunto N17. “Porém cada coordenador tem autonomia para conduzir as tarefas dentro do seu setor. Não é preciso convocar uma reunião para disser que amanhã o setor do pivô vai preparar a terra para o plantio. Pois quem está trabalhando nesse setor já sabe”. (Entrevista Aberta)

Por sociedade orgânica entende-se a modernidade, uma vez que sua coesão social é determinada pela divisão e interconexão do trabalho. É a partir deste modelo de sociedade que pode ser pensada a razão comunicativa em paralelo com a organização no mundo do trabalho. Neste caso, torna-se notório o esforço de organização do N17 na produção de formas de organização do trabalho que se aproximam da solidariedade, embora não estejam desconectadas da competição. Para Palermo (2013, p. 5) “[...] pensar o lugar da razão não mais como meio de realização de ações eminentemente teleológicas, nem como instrumento de dominação, mas, antes, como epicentro de uma nova construção de relações sociais voltadas ao entendimento e que possam ser capazes de produzir novos resultados.”

Quando a questão é a forma de produzir um novo sentido para a razão na modernidade podemos visualizar esses aspectos no objeto de pesquisa desse estudo a fim de compreender que o N17 mesmo inserido na racionalidade instrumental sistema, estado e mercado pelos mecanismos de coordenação pela moeda e poder, quanto precisa comercializar a sua produção negociar o melhor preço e até mesmo se sujeitar as empresas que te favorecem na forma de pagamento para aquisição de produtos acaba por se voltar para o mercado em sua razão instrumental, tendo responsabilidade na integração sistêmica com o fim de assegurar a produção e reprodução material e institucional que se

estabelece na sociedade. Por outro o N17 se volta também em sua particularidade para racionalidade comunicativa do agir comunicativo na premissa do mundo da vida voltada ao entendimento pelas esferas da herança da cultura, compartilhada através dos elementos da solidariedade e cooperação que está presente no seu modo de vida. Responsáveis pela integração social presente no grupo o tempo todo, quando estabelecem relações de cooperação no trabalho e em todas as atividades para manter viva o elo do coletivo para o fim do bem-estar do todo.

Aspectos esses construídos através da razão comunicativa que perpassa a lógica do processo de debate e de argumentação com bases de convencimento e pretensões de veracidade dos fatos e ou ações, medida que é questionável o contexto pelo momento e pelas pessoas o que culmina o fato do N17 prover dessas ações através de suas decisões via assembleia de acordo com o seu estatuto a assembleia ocorre para “tomar toda e qualquer decisão, as quais se vincularão a todos os associados” (Estatuto Social – SOCIAEC pag. 04) em prol da cooperação e integração social de seus membros a fim de satisfazer a condição de um entendimento mútuo e coletivo. Na ata de (Número 11 pag. 24 do livro Ata da Sociaec) podemos visualizar essa tomada de decisão na condição de admissão de novos membros no grupo.

“[...] o coordenador geral tomou posse da palavra colocando em votação a ordem do dia sem alteração na ordem dia o coordenador passa a palavra ao conselho fiscal para fazerem a conferência do quórum presente, onde após conferido o quórum o conselho fiscal anuncia a presença de vinte e seis sócios dando uma margem de 86% dos sócios presentes. Tendo quórum suficiente como previsto no estatuto o coordenador retoma a palavra dando sequencia a ordem do dia colocando em deliberação o segundo ponto da assembleia admissão de novos sócios, onde o coordenador informa a assembleia digo quórum, o pedido de nove admissões na Sociaec o coordenador apresenta as nove pessoas ao quórum e pede se algum sócio tem algo contra a admissão a estes apresentados, não tendo, o coordenador coloca em votação a admissão dos nove apresentados. Dando vinte e seis votos favoráveis e nenhum contra os nove entes já admitidos sócios [...]”.

Para tanto como pode ser visto o grupo pensa que a votação é uma forma consensual para tomarem as decisões mais importantes ocorrendo através das assembleias extraordinários de modo que prevaleça o bem-estar comum.

Não se pode dizer que o mundo da vida e os sistemas são elementos totalmente separados, sua articulação com o todo é complexa mais de fato uma depende da outra. E isso também é nítido no N17 não dá para separar o a racionalidade comunicativa (coletivo) da racionalidade instrumental mercado/individualismo eles estão direta e ineditamente ligados. Porém a premissa do grupo é criar fissuras no sistema e mostrar que mesmo o sistema tendo muita força é possível estabelecer outro processo de aprendizado pelas vivências da organização coletiva. O processo se molda na perspectiva constante de mudança de pensamento e construção de saberes e valores para configuração de transformação da consciência do indivíduo pertencente aquele ambiente.

Para Habermas é difícil visualizar a relação dos subsistemas poder e moedas com o mundo da vida deste modo (Gutierrez e Almeida 2013. p.158 apud Habermas, 1988 p. 242) relatam,

“à avaliação do peso relativo entre integração social e integração sistêmica é um problema difícil que só pode ser resolvido empiricamente”. Mas o fato de que os “meios de controle como o dinheiro e o poder necessitem de uma âncora institucional no mundo da vida parece falar a favor, ao menos em princípio, de uma primazia dos âmbitos integrados socialmente frente aos contextos sistemicamente reificados”.

Isso mostra que o mundo da vida é amplo e mais relevante que os sistemas, o que reflete o N17, pois a âncora dos meios de poder e da moeda se dão e depende principalmente do mundo da vida.

Os subsistemas provocam um empobrecimento cultural e fragmenta a consciência cotidiana na colonização do mundo da vida, por ser imprescindível investigar as condições que permeiam a reconexão da cultura racionalizada, no prisma das necessidades das tradições vivas

que alimenta a comunicação cotidiana. Assim à extração do mundo da vida é apenas o essencial como o trabalho.

A resistência do mundo da vida pelos avanços dos subsistemas expressa a evolução dos avanços dos direitos coletivos e a legislação específica na prática das relações de trabalho (Gutierrez e Almeida 2013).

O N17 vem resistindo ao tempo. Essa resistência se dá principalmente em resistir ao sistema imposto na perspectiva da individualidade. De modo que permeia o aspecto de resistir e se reafirmar ao logo do tempo ao longo de 15 anos. Resistir na forma de organização coletiva proposta pelo e para o grupo para viver esse modelo de organização ainda nos dias de hoje. Porém é impossível desvincula-se do sistema na totalidade. “Nós dependemos infelizmente do sistema a nossa proposta de organização quer mostrar que é possível sim viver de forma mais igualitária e coletiva e que vamos resistindo” (Relato de experiência. 2017)

O agir comunicativo para Habermas também é uma prática para a contribuição do pensamento empírico. Uma vez que é uma proposta difícil de ser compreendida, resultando na incompreensão da teoria. Habermas substancializa sua teoria quando mescla densas referências para dar apoio a sua (PALERMO 2013).

A coordenação da ação social por Habermas propõe a reconstrução de projetos que tornam independente a modernidade, sendo os critérios dessa liberdade os consensos movidos racionalmente no entendimento intersubjetivo do agir comunicativo. Gomes (2005, p 08) também ressalva que,

“A racionalidade comunicativa fundada no paradigma da intersubjetividade permite, na visão de Habermas, o estabelecimento de uma crítica capaz de enfrentar as patologias do mundo atual, de modo que sejam controlados, em última instância, os processos sistêmicos.

O pressuposto é compreender as ações humanas e sua legitimidade por intermédio da mudança de paradigma que ocorre pela fundamentação

de uma concepção de racionalidade para que possa haver sua compreensão através de consenso.

A magnitude a que se refere a teoria do agir comunicativo perpassa os caminhos da formulação de um conceito de racionalidade comunicativa que norteia o mundo da vida como pode ser visto no N17, pela dicotomia entre agir estratégico ou o instrumento do agir comunicativo que se estende a ordem social do agir na contraposição entre mundo da vida e sistema. De maneira que podemos pensar o N17 a partir do mundo da vida que para Habermas revela possibilidades da capacidade humana de deliberar e agir em função dos interesses racionais e sociais. Inseridos na complexidade do sistema pelo Estado através do poder e da moeda de maneira que a reprodução material e institucional se dê pelo mercado não podendo se desvincular um do outro.

3.2 Desenvolvimento e Desenvolvimento como Liberdade

O conceito de desenvolvimento apresenta progresso com o passar do tempo, mais ainda tem sido utilizado de formas diversas e em diversos adjetivos principalmente sendo entendido como crescimento econômico. No entanto diversos autores têm evidenciado conceitos que aspergem linhas em torno do desenvolvimento. Porém, nosso objetivo nesse trabalho é apresentar as versões que contribuam para a dimensão de nosso estudo, deste modo não iremos questionar ou discutir as visões do desenvolvimento.

No entanto partiremos do conceito clássico de desenvolvimento de W. W. Rostow (1974), que preconiza a segmentação do desenvolvimento através de etapas para a obtenção plena e a utilização do processo de crescimento, passando por fase, a partir da sociedade tradicional (produção limitada), as pré-condições para o arranco (período de transição do tradicional para o moderno), arranco e/ou decolagem (superação de resistências que impossibilitam o desenvolvimento), marcha para a maturidade (economia se firma) e, por último, a era do consumo em massa.

Quando tratado na proporção da natureza social do desenvolvimento, como a satisfação crescente das necessidades básicas de uma população e

principalmente, a redução das desigualdades sociais, Celso Furtado (1974), o enfatiza, de modo que o entendimento passa a ser pautado na melhoria da qualidade de vida e no âmbito social muito mais do que apenas no que antes era voltado ao desenvolvimento econômico como crescimento econômico. O desenvolvimento passa a ser visto de uma ótica social, não deixando e eximindo a importância do crescimento econômico, porque se reconhece que é por meio desse recurso que detemos a melhoria no âmbito social, que engloba os principais elementos como a saúde, educação, segurança e infraestrutura, além de outros primordiais para o bem-estar de uma população. Assim, o desenvolvimento passa a ser acolhido por uma visão diferente da inicial, abrindo fissuras nos aspectos quantitativo e ampliando a visão para o qualitativo e o social.

Para tanto, a ampliação dessa conjuntura, ocorre pela população que torna ator relevante no processo de mudança. De modo que o desenvolvimento passa a combinar mudanças sociais e mentais pela população que a torna apta para fazer crescer, cumulativamente e de forma durável (PERROUX apud Andrade, 1987). Identificando esses requisitos como uma alavanca da sociedade como fator preeminente para atingir resultados positivos ao bem-estar mediante às ações que gerem mudança. Sharpley (2000) intensifica o conceito ao definir desenvolvimento como um termo dubio usado para descrever um processo pelo qual uma sociedade se move a partir de uma conjuntura para outra, mas é também o objetivo desse processo as mudanças.

Dentro do emaranhado teórico sobre desenvolvimento, Amartya Sen (2010) vislumbra o desenvolvimento como liberdade, através da ruptura com as principais fontes de privações que impossibilitam maior participação nos assuntos de esferas políticas, econômicas e sociais. Como decorrência dessa ruptura, as pessoas passam a desfrutar da expansão das liberdades, que Sen (2010) as elenca como disposições sociais e econômicas entre saúde e educação e os direitos civis que denotam a participação da população em assuntos de ordem pública. Partiremos dessa concepção de Amartya Sen para embasar o nosso contexto.

Segundo SEN (2010. p.29) cita que;

“Os fins e os meios do desenvolvimento requerem análise e exame minuciosos para uma compreensão mais plena do processo de desenvolvimento; é sem dúvida inadequado adotar como nosso objetivo básico apenas a maximização da renda ou da riqueza, que é, como observou Aristóteles, “meramente útil e em proveito de alguma outra coisa”. Pela mesma razão, o crescimento econômico não pode sensatamente ser considerado um fim em si mesmo. O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo.

O autor define desenvolvimento pela premissa das pessoas usufruírem de suas capacidades em prol de desempenharem aquilo que elas julgam serem importante para si. O N17 é reflexo desse desenvolvimento a partir do momento em que seus membros julgam importante sua forma de organização para suas vidas, e começam a usufruírem de suas capacidades para moldar o grupo da forma como eles pensam e acreditam ser importante. A liberdade que eles detêm é de tentar fazer diferente do que está imposto pelo sistema permitindo serem diferentes em suas práticas interagindo e influenciando o mundo mesmo que de maneira muito pequena.

As contribuições de Sen resultaram na nova compreensão de conceitos como a fome a miséria e principalmente o que ele denomina de Estado de Bem-Estar “Welfare State”. O autor mostra que o desenvolvimento não está ligado somente e de forma única ao crescimento econômico, porém esta intrinsecamente relacionado as oportunidades destinada a população no quesito de fazerem escolhas e exercerem a cidadania na garantia de serviços básicos como saúde, educação e o que principalmente nos direitos a segurança habitação liberdade e cultura.

Elementos relacionados a renda, industrialização, avanços tecnológicos são questões que contribuem para o desenvolvimento e pela

expansão das liberdades usufruídas, porém esses elementos não podem ser considerados um fim em si mesmo devem ser substancialmente relacionadas a melhoria da vida e a consolidação das liberdades dos indivíduos.

A promoção da liberdade substantivas mencionada pelo autor como fomento do processo de desenvolvimento se submete as disposições sócias e econômicas, no serviço de educação, saúde e os direitos civis como e pela liberdade política. As indicativas derivam da liberdade substantivas e resultam no desenvolvimento, porém a ausência de condições sociais e econômicas diminuem as ações dos indivíduos e também suas liberdades.

O enfoque da liberdade e capacidade do indivíduo é baseada por Sen na perspectiva de semelhança com a preocupação mais comum do ser humano a qualidade de vida, centralizando a forma e a escolha como as pessoas vivem, na condição de que os recursos ou a renda não detém apenas dessa prerrogativa.

O pensamento que cabe é compreender que a renda não corresponde unicamente para a melhoria da qualidade de vida e que esse quesito é instrumental e depende das circunstâncias vividas. A intenção de calcular a renda nacional fez com que as análises e preocupações volta-se também ao elemento segurança. Essas averiguações possibilitaram que as avaliações das circunstâncias da vida das pessoas fossem analisadas.

O contexto conseguinte marca os elementos mercado e liberdade ao ponto de que o desenvolvimento econômico suscita as questões de negação de oportunidades de transação que priva a liberdade (SEN, 2010).

A evidencia se pauta nas ações empíricas que impulsionam o sistema de mercado no que concerne o crescimento econômico e a expansão dos padrões de vida. Pode-se mencionar que quando o sistema nega aos indivíduos o direito de interagir de forma econômica uns com os outros há uma perda social.

A composição em que Sen (2010) se preocupa está relacionado principalmente com as privações e problemas sociais. Seu pensamento reflete no que possibilitou a globalização e a ligação entre essas múltiplas ações dentro de dadas regiões.

Por mais que a economia vem produzindo bonança em muitas regiões onde a pobreza emerge, Sen afirma que não é impedindo o acesso das pessoas mais carentes a tecnologia e ao comércio que vamos reverter a pobreza e tornaremos uma sociedade mais aberta.

Sen (2010, p.23) aponta que “Na verdade, o ponto central é como fazer um bom uso dos formidáveis benefícios do intercuro econômico e do progresso tecnológico de maneira a atender de forma adequada aos interesses dos destituídos e desfavorecidos”

O autor menciona que as disparidades de riqueza, oportunidades econômicas políticas e sociais fundamenta o principal desafio embutido na globalização reflete na desigualdade.

Vivemos igualmente em um mundo de privação, destituição e opressão extraordinárias. Existem problemas novos convivendo com os antigos – a persistência da pobreza e de necessidades essenciais não satisfeitas, fomes coletivas e fomes crônicas muito disseminadas, violação de liberdades políticas elementares e de liberdades formais básicas, ampla negligência diante dos interesses e da condição de agente das mulheres e ameaças cada vez mais graves ao nosso meio ambiente e à sustentabilidade de nossa vida econômica e social. (SEN, 2010.p. 9).

É, no entanto, que a superação desses problemas faz parte do desenvolvimento, esse motivo revela o verdadeiro papel das variadas formas de liberdade com a intenção de banir esses males.

Desfrutar das liberdades reais é para Sen elementos formidáveis ao desenvolvimento. Muito além dos processos tradicionais de desenvolvimento que está relacionado basicamente a renda, industrialização e modernização social, as liberdades necessitam dos fatores vinculados principalmente ao desenvolvimento humano no que concerne saúde, educação e participação política. A luta o movimento e a conquista pela terra apresentada pela organização coletiva no N17

mostra um pouco da realidade descrita pelo autor. O grupo logo que começou a fazer uso da terra se preocupou primeiro em trabalhar na terra para a subsistência das famílias compramos ferramentas e sementes para plantar e ter o que comer, o pensamento do grupo foi no ser humano, pois tendo como se alimentar teriam como se organizar.

Sen (2010) fundamenta ao conceito de desenvolvimento uma diferença entre concentração econômica e a vida de podemos levar. Por mais que a renda sirva como forma de medir o desenvolvimento a riqueza não possibilita viver para sempre, porém de se viver bem, desfrutando de vida longa com liberdades e principalmente sem miséria.

A concepção de desenvolvimento deve ir muito além do acúmulo de renda e riquezas, deve estar relacionado sobre tudo com a melhoria da vida que levamos concomitante com a liberdade que desfrutamos.

As privações de liberdade no mundo estão diretamente ligadas as crises econômicas cada vez mais constantes, a fome, a subnutrição, a ausência de serviços básicos acarreta nos países mais pobres a geração de doenças e mortes. Enquanto os países ricos essas privações decorrem apenas na carência de serviços mais não em sua ausência. As privações ocorrem também em algumas culturas em que a desigualdade perpassa a condição de gênero da população (SEN, 2010).

Não se pode mencionar que a pobreza está diretamente ligada a falta de renda, mais na das capacidades básicas. Sen menciona que até mesmo nos países mais ricos a destituição de renda ocasionada pelo desemprego, mesmo que recebendo o auxílio o indivíduo acaba por ser vítima de exclusão social.

Partindo desses elementos a preocupação de Sen (2010) é com a qualidade de vida no que remete o desenvolvimento desejado pois envolve a liberdade dos indivíduos e dos elementos que se estabelece. O processo caracterizado por Sen como uma “relação de mão dupla” reflete na capacidade ampliada pelas políticas ao passo que essas ações podem ter influência da capacidade e participação efetiva do povo.

Essa perspectiva está envolta na visão que o N17 traz por meio de seu modelo de vida e organização o intuito do grupo se define a partir da

concepção da melhoria e qualidade de vida. Neste quesito Sen (2010) afirma que o crescimento da “capacidade” das pessoas concede que elas possam levar o tipo de vida que elas valorizam. É por meio dessas liberdades que o desenvolvimento não está envolto apenas na acumulação de renda. Assim, o desenvolvimento como liberdade, pode ser definido a partir da constituição da liberdade em fonte promotora de desenvolvimento, retratando que isso parte na premissa de bem-estar.

No entanto a liberdade é fundamental para o processo de desenvolvimento, já que o promove por duas razões em um caráter avaliatório na qual é possível analisar se houve a expansão das liberdades das pessoas; e a razão da eficácia, em que a concretização do desenvolvimento depende da condição de agente das pessoas Sen (2010).

Segundo (SEN, 1999, p.57) é necessário distinguir entre o “aspecto do bem-estar” e o “aspecto da condição de agente” de uma pessoa.

O primeiro abrange as realizações e oportunidades do indivíduo no contexto de sua vantagem pessoal, enquanto o segundo vai além e examina as realizações e oportunidades também em termos de outros objetivos e valores, possivelmente extrapolando a busca do bem-estar do próprio indivíduo.

As abordagens normativas como utilidade ou renda difere da posição avaliatória. No entanto o preço da liberdade está muito além da acessão da liberdade comum da pessoa, de maneira que lhe ofereça oportunidades e resultados. Sen (2010.p. 33) explica que “ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, nas questões centrais para o processo de desenvolvimento”.

É a partir dessa liberdade que melhora o potencial das pessoas para cuidar de si que o N17 permeia as condições de cuidado e bem-estar do grupo ampliando a capacidade individual e a eficácia social sendo condição de melhoria e para isso é necessário pensar em qualidade e não em quantidade, em relatos isso pode ser observado na fala de um dos membros do grupo “Nós já chegamos até mais de 250 cabeças de gado,

mais resolvemos vender e comprar menos porém vacas leiteiras que produzem mais leite nos fornecem a renda mensal do grupo”. A motivação do desenvolvimento se dá através da possibilidade de ter mais liberdade para as pessoas fazerem o que é de real importância e valor.

No entanto a exposição de Sen (2010) percorre a capacidade das pessoas e as combinações de seu funcionamento, por sua vez essa capacidade direciona a um tipo de liberdade, resultando no poder de escolha que o indivíduo tem para decidir o modo como quer viver. “Enquanto a combinação dos funcionamentos de uma pessoa reflete suas realizações efetivas, o conjunto capacitatório representa a liberdade para realizar as combinações alternativas de funcionamentos dentre as quais a pessoa pode escolher” (SEN, 2010.p.105). Porém a escolha de uma ação que o indivíduo faz diante de uma situação, não pode ser justificada pelas circunstâncias da situação imposta, de maneira a caracterizar que muitas das vezes os acontecimentos não ocorrem pelas escolhas e sim pela situação em que se encontra o indivíduo. Essas escolhas que os indivíduos do N17 muitas vezes se sentindo deslocados do mundo decidem/escolhem ir embora do grupo porque não conseguem viver na situação que se encontra, no caso do grupo de forma coletiva.

É importante frisar que não se pode medir o real peso das capacidades humanas, de forma que para cada indivíduo há uma forma de bem-estar e que isso se diferencia da qualidade de vida global.

A escolha que o indivíduo faz tanto como viver e o que decide fazer é reflexo do estado do indivíduo representado por seus funcionamentos. A conversão de renda no funcionamento das capacidades pode acarretar e afetar os estilos de vida que o indivíduo pode ter (SEN, 2010).

“As liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais” (SEN, 2010.p. 25). A compreensão desta relação está nos tipos e nas condições de liberdade que são concatenadas. O que podemos perceber é que para realizar uma liberdade é necessária outra para sua realização e assim, ambas são fortalecidas.

É, portanto, no provimento de liberdades e oportunidades sociais que facilitam a questão econômica, e mediante a isso é possível gerar recursos para os serviços sociais. SEN (2010.p.26) faz essa ressalva quanto frisa que “Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros” deste modo a eficácia da liberdade se dá entre meio ao desenvolvimento e não em seu fim. Do mesmo modo que cada indivíduo do N17 tem a liberdade de escolher ir embora os que decidem ficam e resistir ao seu próprio eu se propõem a moldar seu destino e dessa maneira constrói um novo olhar e uma nova perspectiva de vida em prol do coletivo.

A consideração aqui permeia o meio em que se vive e as escolhas que se fazem pelo indivíduo ou por um grupo de indivíduos que culminam de ideias parecida e/ou comuns pela relação mútua de liberdade através da capacidade que cada ser possui para construir de maneira concisa a relação de bem-estar. O N17 culmina dessa liberdade para o desenvolvimento quando presa pelo bem-estar comum de seu grupo, em que dispõe de melhor qualidade de vida pois seus membros detiveram da liberdade de escolha para se estabelecer no grupo até o presente momento.

A liberdade pela capacidade dos membros do N17 de se desenvolverem tanto em critérios de renda através dos mecanismos de produção, também culminou no desenvolvimento como liberdade que se pauta nos critérios que Sen tem como fundamento, a igualdade de modo que todos os indivíduos possam ter as mesmas condições de vida tanto nos aspectos políticos, econômicos e sociais, quesitos esses marcados no grupo por meio de sua filosofia. A medida que transcorre a identidade do grupo em sua forma de trabalho na proporção de persistir e compreender o princípio de sua construção a partir dos atores que fazem parte desse coletivo assegura assim a esfera de equidade e solidariedade.

Assim Sen (2010) explica que para desfrutar do desenvolvimento pelo processo de expansão das liberdades reais é preciso considerar o fim primordial que detém relevância e importância constitutiva na

liberdade e como meio há o desenvolvimento que detém o papel de instrumento para a liberdade e que ambas se fortalecem uma na outra.

No entanto reforça assim a condição do agente “indivíduo” no processo de desenvolvimento a medida que,

Assim que removemos a camisa-de-força do auto interesse, torna-se possível reconhecer o fato inquestionável de que a condição de agente de uma pessoa pode muito bem orientar-se para considerações que não são abrangidas ou pelo menos não são totalmente abrangidas por seu próprio bem-estar. (SEN, 1999.p.57).

Nesse ponto observa-se que o ofício do agente decorre muito além do bem-estar pessoal e não há contradição com o bem-estar individual. Porém eles não são a mesma coisa e não deve ser atrelado ambos necessitam de realizações e oportunidades, todavia um está direcionado a vantagem pessoal e o outro vai muito além do bem-estar próprio é nessa conjuntura de agente que configura o N17 na perspectiva de ir além do benefício e bem-estar próprio. A concepção é o pensamento no todo pelas realizações e oportunidades do grupo.

Sen conceitua agente como “alguém que age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independentemente de as avaliarmos ou não também segundo algum critério externo” (SEN, 2010, p.34).

O agente se caracteriza na figura do grupo quando as mudanças se fazem necessárias sendo preciso ser participante de ações nos aspectos econômicos, sociais e políticos do grupo através de valores e objetivos comuns.

É afirmando por Sen (1999) que o indivíduo é representado pela liberdade que ele detém e não pelo que ele realiza, sendo uma vantagem em noção do bem-estar. Sen possui uma visão mais completa da pessoa na condição de agente, ele leva em consideração que a pessoa passa a valorizar diversas coisas e querer ter a capacidade de formular os objetivos e realiza-los.

O desenvolvimento mantido pela condição que o agente dispõe por meio dos múltiplos tipos de liberdade que o influenciam. A condição de

ser livre do agente possibilita ser uma parte constitutiva do desenvolvimento e fortalecer os outros diversos tipos de agentes livres (SEN, 1999).

A liberdade adquirida pelo agente lapida o potencial dos indivíduos para cuidar de si e ao mesmo tempo para intervir nas indagações centrais do mundo, o que gera a eficácia do processo de desenvolvimento. O ser humano atingirá um grau de desenvolvimento a partir do momento em que compreenderem que os problemas cotidianos têm solução por meio das próprias ações.

A relevância de Sen para o desenvolvimento como liberdade é vista a partir do momento em que os indivíduos entram em conformidade com seu próprio destino. Que o Estado e a sociedade deem subsídios no fortalecimento das capacidades humanas.

Por conseguinte, a expansão das liberdades valoriza e torna a vida mais abundante, aberta e concede que sejamos seres sociais mais íntegros, pondo em execução nossas ações de interação com o mundo e o influenciando. Nesse sentido o N17 executa suas ações de interação e integração dentro do seu contexto e influencia o mundo com sua perspectiva desfrutando da liberdade que detém.

À GUIA DE CONCLUSÃO: DESENVOLVIMENTO HÍBRIDO

O desenvolvimento não pode ser compreendido somente no âmbito do crescimento econômico, mas deve se consolidar no viés social que se incorpora a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, fazendo com que haja condições de desfrutar liberdades emancipatórias. Em consonância com a pesquisa realizada, percebemos que a mentalidade social do N17 se revela, em um primeiro momento, como resistência à medida que espaço de organização socioeconômica é construído e transformado continuamente por seus atores, colocando-se estes na condição de sujeitos de sua existência. Junto a isso, cada indivíduo busca o seu lugar no grupo mesmo que se submetendo e corroborando com o avanço ou regresso do processo que participou da construção, mas mantém de maneira cambiante sua consciência em prol da coletividade.

Diante disso, o N17 emerge como um grupo não finalizado, sendo constantemente constituído pelas relações compartilhadas pelos indivíduos que se colocam como construtores do meio social. A dinâmica inerente e constitutiva do grupo levou a pesquisa a compreender os aspectos *mutatis mutandis* em diferentes direções. A partir do diálogo entre teoria e empiria percebemos que as ideologias atuantes dentro do sistema colaboram para a formação do N17 a partir da manifestação das ideias em ação. Por outro lado, as utopias, enquanto perspectiva de superação do sistema, emergem atreladas com o sentimento de contra-hegemonia que desencadeia uma racionalidade comunicativa própria do N17. Esta racionalidade, pelo menos na mentalidade social do grupo, demonstra a construção de um Mundo da Vida peculiar que reivindica a liberdade como palco de uma transformação no meio do sistema imposto, sendo ele forte e sua expressão ideológica marcada pelo individualismo e reforçada na hegemonia e na razão instrumental que ainda assim permeia o grupo em momentos determinados.

Diante da racionalidade comunicativa presente no grupo, as projeções utópicas circunscrevem a mentalidade social na forma de

crença e cobrança entre os indivíduos. O sonho passa a ser abraçado pelos membros do grupo, moldando e ressignificando as utopias que se pretendem realizáveis. Em contrapartida, novas ideologias advindas do sistema são constantemente infiltradas no interior e na construção da mentalidade social do N17. Tanto os aspectos ideológicos quanto utópicos são reatualizados constantemente. E, neste processo ininterrupto entre a crença no coletivo e o perigo iminente do individualismo podemos considerar que emerge no N17 uma forma híbrida de organização social e, portanto, de desenvolvimento.

Fomos norteados inicialmente pela apreensão da conjuntura de organização e formação histórica do N17. Temos, por conseguinte a compreensão mediada pelo diálogo entre a teoria e a empiria de que o processo de organização promoveu e promove a consciência de que por mais que forças do sistema capitalista adentrem a formação do grupo, o mesmo consegue por seus arranjos, sonhos e perspectivas de vida voltada para o coletivo criar fissuras importantes no sistema.

Logo, acreditamos ser possível compreender o desenvolvimento no N17 como outro desenvolvimento para além do modo de produção capitalista, mas, ao mesmo tempo, para além da concretização completa dos aspectos utópicos que engendram o grupo desde sua criação. Este meio termo entre ideologia e utopia é o que corremos o risco de considerar enquanto um desenvolvimento híbrido. Podemos dizer que existe a possibilidade de outro desenvolvimento no N17 que chamamos de *hibridismo*, sendo em sua expressão na mentalidade do grupo a combinação mais ou menos conflitante de utopia e ideologia. Por certo, no campo das relações de poder, o hibridismo se manifesta como uma mentalidade que integra hegemonia e contra hegemonia, razão comunicativa e razão instrumental, sendo o individualismo contrabalançado pelo apelo coletivo e vice-versa.

Acreditamos que o campo semântico do N17 nos permite importar a concepção de hibridismo de outras esferas do pensamento. Em meio a incongruências em outros campos da vida social, o hibridismo se manifesta nas mais variadas esferas do econômico ao político, do cultural

ao ambiental. No caso cultural, por exemplo, os discursos referentes às práticas culturais enaltecem os vetores aparentemente desconexos e desencontrados enquanto formas híbridas de formação da identidade. Do lado economicista veiculam convicções dos principais dilemas do mercado que remete a aceitação da homogeneização integralizada entre o comércio-cultura. Neste sentido, de acordo com Dussel (2002), a hibridação impulsiona alguns sentidos e controla ou anula outros. Constitui tanto pela apuração ou sanção de alguns de organização, como também pela ausência e proibição de outros. É um indicio do território onde se dá a luta: um território sujeito a mudanças, mais instável, menos resistente e mais desinvestido de costume e pretérito, tal qual velozmente acaba por ser esquecido.

Diversas entidades vivem o hibridismo de forma mais declarada estando mais abertas ou submetidas às transformações culturais e/ou econômicas mais profundas. Burke (2003), historiador cultural, expõe que o hibridismo de maneira imposta pode representar diversos danos culturais. Andrade (1995) o considera uma via de mão dupla objeto de inovação e/ou de resistência. A partir da pesquisa realizada no N17 percebemos que o hibridismo que constitui a perspectiva de desenvolvimento do grupo pode ser observado tanto na inovação quanto nos elementos de resistência. A visão de inovação remete as questões de formação e organização do grupo principalmente nos elementos de divisão de tarefas para que o coletivo seja sempre colocado em primeiro lugar. Por outro lado, no âmbito da resistência o grupo tem em sua gênese a aspiração da “conquista do tão sonhado pedaço de terra” e com passar do tempo cristalizou a mentalidade de resistência mediante as dificuldades de se manter na terra e manter a coletividade em primeiro plano, erguendo a luta contra o sistema: “o compromisso é se manter firme na luta uma questão que a gente levou em discussão foi a questão da resistência como sendo um marco de luta do grupo aqui ele é. Ele vive em constante luta.” (Entrevista aberta)

De acordo com Helena (1983) há “positividade” do hibridismo, podendo retratar para as culturas passadas o desmoronamento e seu

enfraquecimento. Por outro lado, pode significar sua renovação e o enaltecimento para o novo. Nesse contraste entre desmoronamento e renovação dos elementos que incorporam a positividade do hibridismo podemos destacar que no N17 essa relação se encontra por meio da força do grupo em se manter na mentalidade coletiva, o que resulta na crença da lógica de igualdade, luta pelo bem-estar do coletivo em meio a tamanho individualismo que é percebido no sistema. Essa ruptura significa o fortalecimento em meio a tantas dificuldades enfrentadas dia após dia para manter o grupo nos moldes entendidos como originais. A percepção deste contraste se dá pelo grupo quando o individualismo é elevado. “É um dos piores momentos quando uma família chegava e chega nessa altura e fala que está indo embora” (Entrevista aberta). Essa também é a fonte condicionante dos conflitos, pois é nesse momento que o grupo reavalia seu modo de organização de convivência: “É aí que a gente aprende a lidar e trabalhar novas maneiras de fortalecer o grupo na essência que é a coletividade” (Observação participante). É com esse novo desenvolvimento que se permeia o contexto de que o N17 é uma realidade possível e viva e desse modo pode servir de modelo para não somente outros assentamentos como também para a sociedade. Contudo o N17 dispõe ainda de várias linhas de estudo para compreensão de tamanha singularidade. Analisar quais as medidas e políticas que o grupo tem tomado em relação a evasão de seus membros viabiliza futuros estudos.

Portanto, podemos dizer que o N17 corresponde a esse novo híbrido que é uma ruptura e associação concomitantemente, coexistência improvável do mesmo e do outro. Deste modo o hibridismo acaba por ser o mesmo, o outro e uma terceira coisa, o outro desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBANEZ, J. L. **Ervais em queda: transformações no campo no extremo sul de mato grosso (1940-1970)**. Dourados-MS: Ed. UFGD, 2013.
- ANDRADE, O. **A utopia antropofágica**. 2. ed. São Paulo: Globo, 1995.
- ANDRADE, M. C. **Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional**. São Paulo: Atlas, 1987.
- BERNARDES, J. A.; PEIXINHO, D. M.; SCOPEL, I.; MELO, N. A.. **A Reestruturação Espacial e a Interação Entre o Local e o Global: O Exemplo da Soja**. Revista Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, Vol. 23, nº 1, 2003. Disponível em: <http://revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/viewFile/4729/3976>. Acessado em: 31 /01/2017.
- BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- BITTAR, M. **Mato Grosso do Sul a construção de um estado: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso**. Volume I. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009.
- BITTAR, M. **Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído**. In: A prática política da classe dirigente sul-mato-grossense 1977-1997. 1997. 538f. Tese (doutorado em história social) – faculdade de filosofia, letras e ciências humanas/USP, São Paulo.
- BRAND, A. J. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da Palavra**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.
- BURKE, P. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2003.
- CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- DENCKER, A. F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.
- DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. 12. ed. São Paulo: Nacional. 1985.
- DUSSEL, I. **O currículo híbrido: domesticação ou pluralização das diferenças?** In: LOPES, Alice R. C. e MACEDO, Elizabeth (Orgs.) Currículo: Debates Contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2002, p.55-77.
- FERNANDES, F. (org.). **Comunidade e sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.
- FRANTZ, W. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária**. Ijuí. Ed. Unijuí. 2012.

- FLICK, W. **Introdução á pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3ed. Porto Alegre: Artmed. 2009
- FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro S.A, 1985.
- GOMES, L. R. **O consenso na teoria do agir comunicativo de Habermas e suas Implicações para a educação**. Campinas, SP: [s.n.], 2005.
- GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.
- GUTELMAN, M. **Structures et reformes agraires**. Paris. Maspero, 1974.
- GUTIERREZ, G. L. **Teoria da Ação Comunicativa (Habermas): estrutura, fundamentos e implicações do modelo**. Porto Alegre v. 58 n. 1 jan./abr. 2013 p. 151-173.
- GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere - **Introdução ao Estudo da Filosofia**. A Filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 494 p. v. 1.
- GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere - **Os Intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a. 334 p. v. 2.
- GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere - **Maquiavel**. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b. 428 p. v. 3.
- GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere - **O Ressurgimento**. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a. 461 p. v. 5.
- GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere - **Literatura. Folclore. Gramática**. Apêndices: variantes e índices. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b. 495 p. v. 6.
- GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b. v. 2 (1921-1926).
- GRESSLER, L. A; SWENSSON, Lauro Joppert. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul: destaque especial ao município de Dourados**. Dourados, 1988.
- GRONDIN, J. **Introdução à Hermenêutica Filosófica**; tradução de Benno Dischinger. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1999.
- GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- HABERMAS, J. **Teoria do Agir Comunicativo: Racionalidade da ação e racionalidade social**. Tradução de Paulo Astor Soethe. São Paulo. WMF Martins Fontes, 2012. Vol. I.
- HELENA, L. **Uma literatura antropofágica**. Fortaleza: UFC, 1983.
- HAGUETTE. T. M. F. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1997.

HOFFMANN, R. **Evolução da desigualdade da distribuição da terra no Brasil**. Campinas. Instituto de Economia. Unicamp. 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Reforma Agrária, 2015**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reformaagraria> Acessado em 20/04/2016.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA- INCRA. **Relatório de Assentamento**. Superintendência Regional Mato Grosso do Sul - SR 16. 2016. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamento> Acessado em: 13/04/2016.

LAGO, A. SILVA, T. N. **Condicionantes do desenvolvimento de relacionamentos intercooperativos no cooperativismo agropecuário**. Organizações Rurais & Agroindústrias, Lavras, v. 14, nº 2, p. 212 – 226, 2012.

LEONELO, J. C. O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária Franca. 2010.

LIGUORI, G. **Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade**. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Orgs.). Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 173-188.

LOUIS. D. **O individualismo: Uma Perspectiva Antropológica da Ideologia Moderna**. Rio de Janeiro. Rocco. 1985.

LOPES, A. R. C. e MACEDO, E. **O pensamento curricular no Brasil**. In: LOPES, A. R. C. e MACEDO, E. (Orgs.) Currículo: Debates Contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2002, p.13-54.

MANNHEIM, K. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

MANNHEIM, K. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MAY, T. Pesquisa social. **Questões, métodos e processos**. 2001. Porto Alegre, Artemed.

MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO. **Cooperativismo**. Secretária de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – Brasília. Mapa/ SDC/ DENACOO, 2008.

MIRANDA, O. (1995). **A dialética da identidade em Ferdinand Tönnies**. In: MIRANDA (org). Para ler Ferdinand Tönnies. São Paulo: EDUSP.

NASCIMENTO. E. R. **Princípios da Economia Solidária**. Brasília, 2006. Disponível em No encontro empreendedor para a economia solidária e o comércio justo na américa latina realizado na Bolívia em setembro de 2005.

OLIVEIRA, P. C. **A ética da ação comunicativa em Jürgen Habermas**. UFSJ. São João del-Rei-MG, 2008.

PALERMO. L. C. **A importância da teoria do agir comunicativo na atualidade: racionalidade, mundo da vida e democracia deliberativa**. PRACS: Macapá, n. 6, p. 01-17, dez. 2013.

PINTO, J. M. R. **A TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA DE JÜRGEN HABERMAS: CONCEITOS BÁSICOS E POSSIBILIDADES DE APLICAÇÃO À ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR.** FFCLRP-USP, RIB. Preto, FEV/AGO 1995.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO ITAMATATI – PLA. Instituto de desenvolvimento Agrário, Assistência Técnica e Extensão Rural de MS. IDATERRA. Campo Grande 2002.

QUEIROZ, P. R. C. **Breve roteiro das transformações no campo sul-mato-grossense entre 1970 e 1985.** Revista de Geografia, Campo Grande: UFMS, n. 8, p. 33-40, jul./dez. 1998.

QUEIROZ, P. R. C. **A Companhia Mate Laranjeira, 1891-1902: Contribuição à História da Empresa Concessionária dos Ervais do Antigo Sul de Mato Grosso.** Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 8, n. 1, jan.-jun., 2015

REISDORFER, V. K. **Introdução ao cooperativismo.** Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede e-Tec. Santa Maria/RS. Brasil, 2014.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista.** 5.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS E EMPRESAS – SEBRAE NACIONAL. **Vantagens e tributos de uma cooperativa 2014.** Disponível em <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/Vantagens-e-tributos-de-uma-cooperativa> . Acessado em 10/04/2016.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, A. **Sobre ética e economia.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

TERRA, A. **Reforma agrária por conveniência e/ou por pressão?** Assentamento Itamarati em Ponta Porã – MS: “o pivô da questão”. Presidente Prudente/SP: UNESP, 2009.

VENTURELLI, R. M. **Terra e Poder: As disputas entre Agronegócio e a Resistência Camponesa no Sudoeste Paulista uma Abordagem Sobre o Uso de Terras Públicas.** São Paulo, 2013.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

ANEXOS

Anexo I – Estatuto Social

ESTATUTO SOCIAL
SOCIEDADE DOS AGRICULTORES COOPERADOS DO NÚCLEO DE RESISTÊNCIA
ELDORADO DO CARAJÁS - SOCIAEC

CAPÍTULO I- DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, DURAÇÃO, ABRANGÊNCIA E EXERCÍCIO SOCIAL.

Art. 1º- A Sociedade dos Agricultores Cooperados do Núcleo de Resistência Eldorado do Carajás, compreendida pela sigla SOCIAEC, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, que se regerá por este Estatuto e pela legislação vigente.

Art.2º-A Sociedade dos Agricultores Cooperados do Núcleo de Resistência Eldorado do Carajás terá sua sede administrativa situada no Projeto de Assentamento Conquista na Fronteira (MST), Itamarati-I, Comunidade Bos Esperança, Grupo 17, Lote 80, município de Ponta Porã/MS, CEP-79.901-970. Foro jurídico na comarca de Ponta Porã/MS, exercício social compreendido entre o primeiro e último dia de cada ano.

Art.3º- O prazo de duração é por tempo indeterminado e sua área de ação para admissão de sócios abrangerá o Núcleo de Resistência Eldorado do Carajás, Lote 080 do Assentamento Itamarati/MST - Conquista na Fronteira - Ponta Porã – MS.

CAPÍTULO II- DOS OBJETIVOS

Art.4º- A Sociedade dos Agricultores Cooperados do Núcleo de Resistência Eldorado do Carajás objetiva congregar os agricultores de sua área de ação e desenvolver a produção agropecuária e prestação de quaisquer serviços que possam contribuir para o fomento, racionalização de recursos financeiros e naturais, desenvolvimento e bem estar dos associados bem como a defesa das atividades econômicas, sociais, culturais e políticas. Para consecução de seus objetivos a SOCIAEC poderá, se lhe convier:

- A) Coordenar e planejar a produção agropecuária e industrial nas áreas pertencentes aos associados, ou em áreas próprias, ou em áreas de terceiros;
- B) Promover o transporte, o beneficiamento, o armazenamento, a classificação, a industrialização, o registro de marcas, a assistência técnica e outros serviços necessários à produção e servir de representantes dos associados na comercialização de insumos, da produção, ou outros bens e produtos industrializados de interesse dos associados;
- C) Adquirir, alugar ou construir imóveis;
- D) Contratar e manter serviços próprios ou mediante a realização de convênios com quaisquer instituições públicas (Governo Municipal, Estadual e Federal) ou privadas, nacionais ou internacionais, visando a realização de assistência técnica e outras atividades relacionadas à consecução dos seus objetivos;

[Assinatura]
Paulo Ferraz de Campos
Advogado - OAB/MS 11218

[Assinatura]
Kelly C. S. da Silva

1º TABELIONATO DE NOTAS, REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DO PONTA PORÃ/MS
Av. Brasil, 29 B, Anexo, Sala 01, CEP: 79000-010, Ponta Porã/MS, Fone: (79) 340-2114, e-mail: ttab@tabpms.com

AUTENTICACAO - Certifico que a presente fotocopia e reprodução autêntica do documento original, do que dou fe.
Selo(s): A0866181-0718
Ponta Porã/MS, 19/06/2017. IP: N/A
Eu test. *[Assinatura]* da verdade.

Sylvia Vieira Brandão - Tabela Substituta

[Assinatura]
Sylvia Vieira Brandão
Tabela Substituta - Tabela Substituta

ESTATUTO SOCIAL
SOCIEDADE DOS AGRICULTORES COOPERADOS DO NÚCLEO DE RESISTÊNCIA
ELDORADO DO CARAJÁS - SOCIAEC

- E) Cooperar ou associar-se a outras entidades afins, visando incentivar e preservar a solidariedade entre os agricultores e as populações do campo;
- F) Promover a preservação do meio ambiente, através da conscientização dos seus membros e ao estímulo para ações concretas, especialmente em relação à preservação de nascentes, reflorestamento e educação ambiental;
- G) Estimular o uso racional dos recursos naturais (solo, água, ar e biodiversidade), a potencialização do uso da força de trabalho disponível na Sociedade e promover a adoção de técnicas agroecológicas;
- H) Desenvolver ações com crianças, jovens, mulheres e homens relacionados à ciranda infantil, escolarização, alfabetização, formação técnica, organizativa e social que promovam o desenvolvimento econômico e integral dos seres humanos;
- I) Apoiar e fomentar o desenvolvimento de experiência de cooperação agrícola entre seus membros;
- J) Promover ações que visem o desenvolvimento da Reforma Agrária e de apoio à agricultura familiar e aos Movimentos Sociais do Campo;
- K) Participar e fortalecer a Inter cooperação entre organizações que visem o desenvolvimento e a emancipação das populações do campo;
- L) Realizar a compra e a venda de insumos e produtos agropecuários;
- M) Cultivar a terra para a produção de produtos agropecuários, visando o auto consumo e a permanência de seus sócios no campo;
- N) Avalizar os seus sócios em operações de créditos e financiamentos públicos e/ou privados, visando a produção e o desenvolvimento agropecuário.

RESERVA DE ASSOCIADOS
CONDOMÍNIO DE PONTA PARA JURE

CAPÍTULO III- DOS ASSOCIADOS.

Art. 5º - Serão sócios da SOCIAEC todos os membros do Núcleo de Resistência Eldorado do Carajás, maiores de 16 anos, que concordem com o Estatuto Social.

Art.6º- O ingresso será solicitado à Diretoria que convocará uma Assembleia Extraordinária para deliberação.

Art. 7º- São direitos dos associados:

- a) Gozar de todas as vantagens e benefícios que a sociedade venha a conceder;
- b) Participar de todas as atividades da SOCIAEC, das Assembleias Gerais, votar e ser votado em qualquer processo decisório;

Handwritten signatures:
Kelly C.S da Silva

Handwritten signature:
José Ferraz do Campo
Eldorado - 68293 11214

1ª TABELAÇÃO DE NOTAS, REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E (FOLHA DAS RESERVAS) - JURETICAS DE PONTA PARA JURE

AUTENTICADO - Certifico que a presente fotocópia e reprodução autêntica do documento original, do que dou fe.
Selo(s): A0866190-907
Ponta Para - MS, 19/06/2017, DP e Nota
Em Test. *[Signature]* da verdade.

Sylvia Vieira Brandão - Tabela Substituta
T. 1.1.04.4.15.0-95

Handwritten signature:
Sylvia Vieira Brandão
Tabela Substituta

ESTATUTO SOCIAL
SOCIEDADE DOS AGRICULTORES COOPERADOS DO NÚCLEO DE RESISTÊNCIA
ELDORADO DO CARAJAS - SOCIAEC

- c) Exigir da Diretoria qualquer informação, bem como propor medidas que julgue de interesse para o aperfeiçoamento e desenvolvimento da SOCIAEC;
- d) Acionar a Diretoria para que adote as providências cabíveis nos casos de inflação deste estatuto, regimento interno e as leis vigentes;
- e) Requerer e provocar a Assembleia Geral mediante a apresentação de 50% das assinaturas dos sócios que estão em plenos exercícios de seus direitos;
- f) Perderão os direitos os sócios que não estiverem em dia com suas obrigações com a SOCIAEC;
- g) Demitir-se da SOCIAEC quando lhe convier;
- h) Ter assegurado o direito à defesa e ao recurso à Assembleia Geral, no caso em ações da SOCIAEC que busquem a sua exclusão ou eliminação.

Art. 8º- São deveres dos associados:

- a) Cumprir as disposições legais, o estatuto, bem como o planejamento das atividades, as decisões tomadas nas Assembleias e as deliberações devidamente tomadas pela Diretoria;
- b) Respeitar os compromissos assumidos pela SOCIAEC;
- c) Manter em dia as contribuições e taxas estabelecidas pela Assembleia;
- d) Usar de forma racional e zelar pelo patrimônio da SOCIAEC;
- e) Respeitar os demais sócios em sua religião, credo político e etnia;
- f) A participação dos associados nas atividades produtivas não gera vínculos empregatícios;
- g) Estar adimplentes perante o setor de comércio e de serviços, compreendendo que a adimplência dos sócios é uma ferramenta necessária para o desenvolvimento das atividades da SOCIAEC.

Art.9º- A saída do quadro social se dará da seguinte forma:

- A) Por demissão: Será feita a pedido do associado e não poderá ser negada;
- B) Por exclusão: Por morte, incapacidade civil não suprida, ou por deixar de atender aos critérios de entrada e permanência na sociedade;
- C) Por eliminação: Feito pela Diretoria "ad referendum" da Assembleia geral nos casos de inflação das leis vigentes e do Estatuto.

Parágrafo único. A exclusão do associado, somente será admitida em caso de justa causa nos termos do artigo 57 "caput" do Código Civil, devidamente reconhecida

Kelly C. S. da Silva

Felipe Ferraz de Campos
Advogado - OAB/MS 11215



AUTENTICADO - Certifico que a presente fotocópia e reprodução autêntica do documento original, da que dou fé.
Selo(s): A0066189-922
Ponta Porã-MS, 19/04/2017. UF: MS
Em test. da verdade.

Sylvia Vieira Brandão - Tabelião Substituta
Tabela DE 4 17 0-99

Sylvia Vieira Brandão
Tabelião Substituta

**ESTATUTO SOCIAL
SOCIEDADE DOS AGRICULTORES COOPERADOS DO NÚCLEO DE RESISTÊNCIA
ELDORADO DO CARAJÁS - SOCIAEC**

em procedimento formal e assegurado o direito de ampla defesa e recurso, nos termos previstos neste Estatuto.

CAPÍTULO IV- DOS ÓRGÃOS DA SOCIEDADE.

Art. 10º - A SOCIAEC contará com os seguintes órgãos administrativos:

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Fiscal.

CAPÍTULO V- DA ASSEMBLEIA GERAL.

Art. 11º- A Assembleia Geral dos associados que pode ser Ordinária ou Extraordinária é o órgão supremo da SOCIAEC e dentro dos limites legais e estatutários poderá tomar toda e qualquer decisão, as quais se vincularão a todos os associados, ainda que ausentes ou discordantes.

Art.12º- A Assembleia Geral se reunirá ordinariamente, uma vez por ano e extraordinariamente sempre que for necessário, através de convocação pela Diretoria, pelo Conselho Fiscal, ou diante do requerimento de 20% dos associados em dia com a SOCIAEC.

Art. 13º- A convocação da Assembleia Geral é feita através de edital de convocação contendo data, horário, local e assuntos da ordem do dia, sendo fixados na sede da SOCIAEC, escolas ou em lugares mais frequentados pelos sócios.

Art. 14º- O quórum para instalação das Assembleias Gerais será de 50% mais um sócio, sendo as decisões tomadas por maioria simples dos associados presentes.

Art. 15º - A Assembleia será coordenada por um dos membros da Diretoria ou do Conselho Fiscal, ou ainda por outro sócio no exercício de seus direitos indicado pela Assembleia, nos casos em que for convocada por no mínimo 50% dos associados em dia com a SOCIAEC, devendo as ocorrências da Assembleia constar em ata a qual deverá ser assinada pelos presentes.

Art. 16º - Compete a Assembleia Geral:

- a) Apreciar e votar os relatórios, balanço e contas da administração e o parecer do Conselho Fiscal, bem como o planejamento das atividades, o orçamento, o regimento interno e as atas das Assembleias;
- b) Eleger, destituir e empossar membros dos órgãos sociais e os substitutos para os cargos vacantes, sempre que necessário ou previsto no Estatuto;

Carvalhinho

Kelly C. S. da Silva

João Ferraz de Campos
Colégio - OAB/MS 11215



Sílvia Vieira Brandão
Tabelião de Notas - Tabelião Substituta
19/06/2017

REGISTRADO EM RESSAS JURÍDICAS
COMARCA DE PONTA PORÃ - MS

ESTATUTO SOCIAL
SOCIEDADE DOS AGRICULTORES COOPERADOS DO NÚCLEO DE RESISTÊNCIA
ELDORADO DO CARAJÁS - SOCIAEC

- c) Fixar o valor das taxas e contribuições dos associados;
- d) Autorizar a Diretoria a efetuar convênios ou contratos com instituições públicas (Governo Municipal, Estadual e Federal), e de utilidade pública (Fundações e Institutos), Organizações não governamentais ou privadas, nacionais ou internacionais;
- e) Discutir e deliberar sobre o ingresso de novos associados, eliminação e punição do quadro social, decisões da Diretoria e nos casos omissos a este estatuto ou de resolução urgente, criação de departamentos, dissolução da SOCIAEC, mudanças no Estatuto;
- f) Outros assuntos pertinentes e de interesse da Sociedade;
- g) Discutir e deliberar sobre o planejamento de atividades da Sociedade.

CAPÍTULO VI
DA DIRETORIA

Art. 17º- A Diretoria é composta por Presidente, Vice Presidente, Tesoureiro, Vice Tesoureiro, Secretário, Vice Secretário, eleitos em Assembleia geral ordinária dentre os associados em pleno direito com mandato de dois anos, podendo ser reeleito consecutivamente.

Art. 18º- A Diretoria se reunirá sempre que necessário com quórum mínimo de quatro membros e suas decisões serão tomadas por maioria simples e registradas em ata.

Art. 19º- Compete a Diretoria:

- a) Cumprir e fazer cumprir o estatuto, bem como as deliberações tomadas em Assembleia Geral;
- b) Elaborar e coordenar o plano de atividades e o plano orçamentário da SOCIAEC;
- c) Propor a Assembleia geral o valor da contribuição dos associados e fixar taxas destinadas a cobrir as despesas operacionais e de prestação de serviço;
- d) Deliberar sobre a demissão, eliminação e exclusão de associados "ad referendum" da Assembleia Geral;
- e) Acolher, discutir e deliberar sobre reclamações e pedidos dos associados;
- f) Representar a SOCIAEC em juízo ou fora dele;
- g) Contrair obrigações, transigir, adquirir, alienar ou onerar bens móveis e imóveis da SOCIAEC, ceder direitos e constituir mandatários, realizar contratação de empréstimos e convênios, mediante prévia anuência da Assembleia Geral;
- h) Apresentar a Assembleia Geral ordinária o relatório e as contas do exercício anual;

Kelly C. S. da Silva

João Ferraz de Campos
Advogado - OAB/MS 11214



AUTENTICADO - Certifico que a presente fotocópia é reprodução autêntica do documento original, do que dou fé.
Seio(s): A0066187-1138
Ponta Porã - MS, 19/06/2017. CP: Maida
Em Jest. *[assinatura]*
Sylvia Vieira Brandão - Tabelar Substituta
T.º 1.1.04 - 12.0.99

Sylvia Vieira Brandão
Tabelar Substituta

REGISTRO DE EMPRESAS JURÍDICAS
COMARCA DE PONTA PORÃ - MS

ESTATUTO SOCIAL
SOCIEDADE DOS AGRICULTORES COOPERADOS DO NÚCLEO DE RESISTÊNCIA
ELDORADO DO CARAJÁS - SOCIAEC

- i) Convocar Assembleia Gerais;
- j) Zelar pelo bom nome da SOCIAEC;
- k) Receber doações;
- l) Outras atribuições que venham a ser atribuídas.

Art. 20º - Compete ao Presidente:

- a) Representar oficialmente e judicialmente a SOCIAEC, juntamente com o secretário (a), podendo eleger poderes a terceiros na forma da legislação vigente;
- b) Coordenar as Assembleias Gerais;
- c) Zelar pelo bom funcionamento e nome da SOCIAEC;
- d) Em conjunto com o tesoureiro: ser responsável pela conta corrente bancária, assinar cheques, solicitar extratos e talões de cheques;
- e) Assinar contratos, convênios e outros documentos da SOCIAEC;
- f) Responder pelas questões e relações políticas e sociais da SOCIAEC;
- g) Outras atribuições que venham a ser atribuídas.

Art. 21º - Compete ao Vice Presidente:

- a) Substituir o Presidente em sua falta ou ausência;
- b) Responder pelas questões e relações políticas e sociais da SOCIAEC;
- c) Zelar pelo bom funcionamento e nome da SOCIAEC;
- d) Outras atribuições que venham a ser atribuídas.

Art. 22º - Compete ao Secretário (a):

- a) Fazer as atas das reuniões da Diretoria e das Assembleias Gerais;
- b) Fazer os relatórios, livros e outros documentos, organizar os arquivos e manter sobre sua guarda os documentos da SOCIAEC;
- c) Elaborar e agendar o planejamento e o controle interno;
- d) Outras atribuições que lhe forem atribuídas.

Art. 23º - Compete ao Vice Secretário (a):

- a) Substituir o secretário (a) em sua falta ou ausência;
- b) Contribuir com as atividades gerais da secretaria;
- c) Outras atribuições que venham a ser atribuídas.

Art. 24º - Compete ao Tesoureiro (a):

- a) Em conjunto com o Presidente: abrir conta bancária, assinar cheques, solicitar extratos e talões de cheque;
- b) Elaborar e assinar prestações de contas mensais e anuais da SOCIAEC;

Kelly C. S. da Silva

Paulo Ferraz de Campos
Advogado - OAB/MS 11215



REPUBLICA DE BRASIL
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE PONTA PARA-MS

ESTATUTO SOCIAL
SOCIEDADE DOS AGRICULTORES COOPERADOS DO NÚCLEO DE RESISTÊNCIA
ELDORADO DO CARAJÁS - SOCIAEC

- c) Ter sobre a sua responsabilidade todo o balanço financeiro da SOCIAEC;
- d) Fazer o livro caixa da SOCIAEC;
- e) Outras atribuições que lhe forem atribuídas.

Art. 25º- Compete ao Vice Tesoureiro:

- a) Substituir o tesoureiro (a) em sua falta ou ausência;
- b) Contribuir com as atividades gerais da Tesouraria;
- c) Outras atribuições que lhe forem atribuídas.

CAPITULO VII- DA ADMINISTRAÇÃO GERAL

Art. 26º- Na medida das necessidades e assim que as condições financeiras permitirem, as atividades da SOCIAEC poderão ser orientadas por um ou mais funcionário em nível de execução, de acordo com os critérios estabelecidos pela Diretoria e aprovadas em Assembleia Geral.

Art. 27º- A Associação deverá ter os livros e registros necessários estabelecidos no Estatuto e na lei vigente.

Art. 28º- A contabilidade da Sociedade deverá ser feita de acordo com as leis e normas vigentes e tanto ela como os demais registros deverão ser mantidos em ordem e em dia.

CAPITULO VIII- DO CONSELHO FISCAL

Art. 29º- O Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e três membros suplentes, eleitos em Assembleia Geral dentre os sócios e pleno gozo de seus direitos, com mandato de dois anos, podendo participar das reuniões do Conselho Fiscal com direito a voz e voto os membros efetivos e suplentes sendo o quórum de no mínimo três pessoas tendo as decisões tomadas por maioria simples registradas em ata.

Art. 30º- Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Apresentar parecer na Assembleia Geral ordinária sobre a prestação de contas da administração;
- b) Conferir os livros de controle financeiros e contábeis do plano de trabalho, das atas da SOCIAEC, bem como os arquivos de horas trabalhadas dos sócios;
- c) Fazer ou contratar empresa especialista para fazer auditoria;
- d) Verificar se as decisões tomadas estão sendo executadas corretamente e registradas devidamente;
- e) Convocar a Assembleia Geral sempre que julgar necessário;

Kelly G. S. da Silva

João Farias de Campos
Advogado - OAB/MS 11215

4º TABELIONATO DE NOTAS, REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE PONTA PORÁ MS
R. S. 200, 228 (antigo 200, 217) PONTA PORÁ, MS, CEP: 71.600-000. www.tabelion.com.br

AUTENTICACAO - Certifico que a presente fotocopia e
reprodução autêntica do documento original, do que dou fe.
Selo(s): A0866185-404
Ponta Porá-MS, 19/06/2017. Of: 44184
Em test. *[assinatura]* de verdade.

Sylvia Viegira Brandão - Tabelião Substituta
TABEL. DE A. 10 D. 99

Sylvia Viegira Brandão
Tabelião Substituta
OAB/MS 11215

RESERVAÇÃO DE DIREITOS JURÍDICOS
TABELIONATO DE PONTA PORÁ - MS

1º SERVIÇO NOTARIAL E DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
PONTA PORÁ/MS

Protocolo Nº 035602 PJ de 10/05/2017

Reg. nº 426, av. 14, LV. A, Ffina nº 289 e 148

SELO: ADMISTRE-DFW

Ata nº 30 - Assembleia Geral Ordinária de dia 19/04/2017

Registro nº 426

PONTA PORÁ/MS 13 de junho de 2017

Sylvia Vieira Brandão

SYLVIA VIEIRA BRANDÃO
OFICIAL SUBSTITUTA

Sylvia Vieira Brandão
OFICIAL SUBSTITUTA
Tabela Substituta

QUANTIDADE	VALOR
1	100,00
TOTAL	100,00

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
COMÉRCIO DE PONTA PORÁ - MS



AUTENTICAÇÃO - Certifico que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original, do que dou fé.
Seis(6): ADMAG32-350
Ponta Porá, 19/04/2017, às 14h30.
Em test. da verdade.

Sylvia Vieira Brandão - Tabela Substituta
Tabela 04 de 10 de 09

Sylvia Vieira Brandão
OFICIAL SUBSTITUTA

EM BRANCO

1º SERVIÇO NOTARIAL E DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
PONTA PORÁ/MS

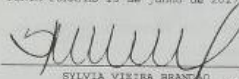
Protocolo Nº 035682 PJ de 18/05/2017

Reg. nº 426, Av. 14, LV. A, Folha nº 299 à folha nº 300
-SEL/01 ANO12785-098

Ata nº 30 - Assembleia Geral Ordinária de dia 17/06/2017

Registro nº 426

PONTA PORÁ/MS 13 de junho de 2017


SYLVIA VIEIRA BRANDÃO
OFICIAL SUBSTITUO

TIPO DE TÍTULO	QUANTIDADE	VALOR
RESCISÃO DE CONTRATO	01	100,00
OUTROS	01	100,00
TOTAL	02	200,00

Sylvia Vieira Brandão
Tabela Classificatória - Tabelião Substituto
Tabela Classificatória - Tabelião Substituto

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
COMARCA DE PONTA PORÁ - MS

TABELIONATO DE NOTAS, REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE PONTA PORÁ/MS
R. 208 208, Av. 14, LV. A, FOLHA Nº 299 À FOLHA Nº 300 - PONTA PORÁ/MS - TEL: (67) 3211-1166 - FAX: (67) 3211-1166

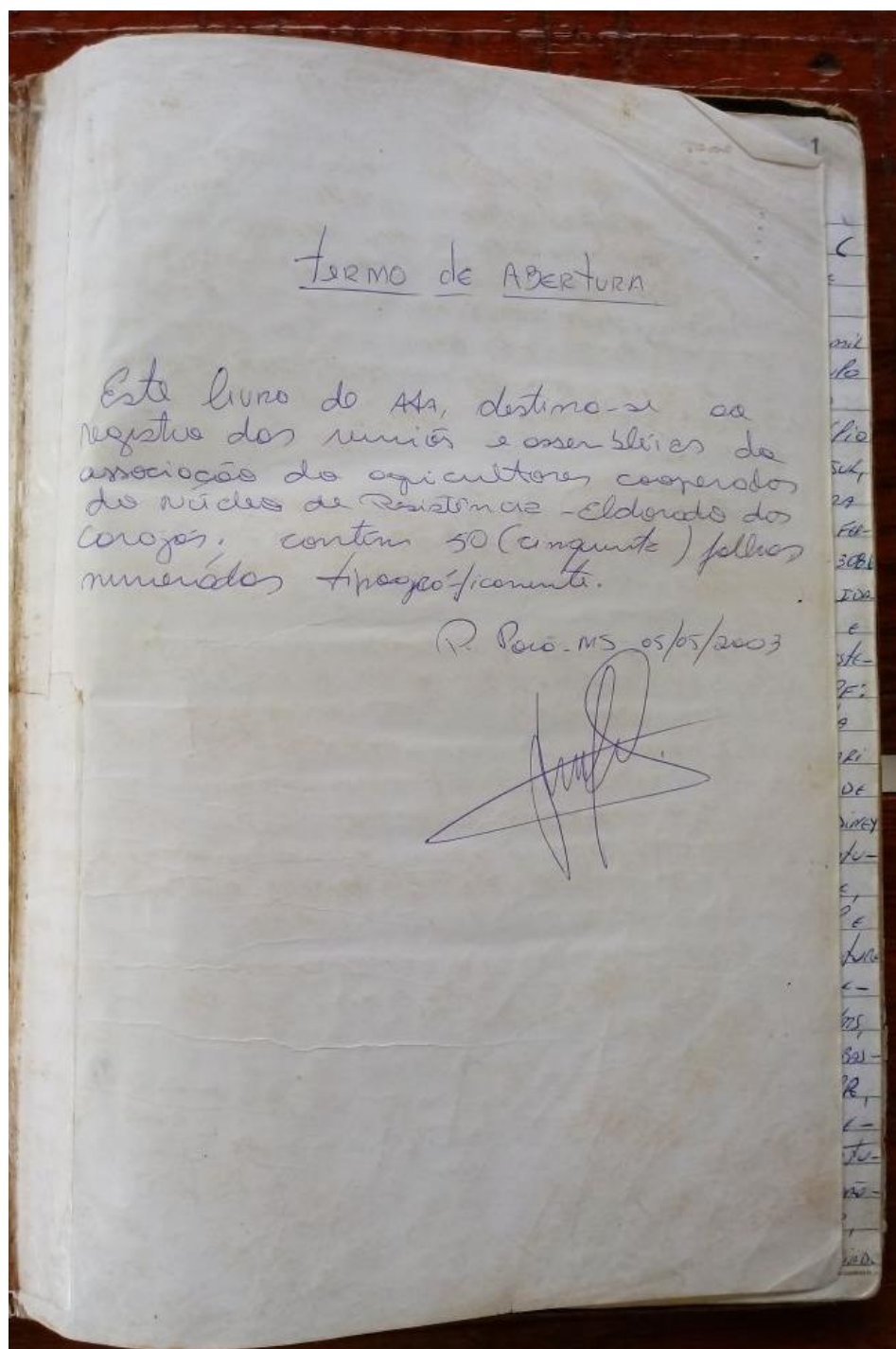
AUTENTICAÇÃO - Certifico que a presente fotocópia e reprodução autêntica do documento original, do que dou fé.
Sei(s): 4066182-3406
Ponta Porá-MS, 19/06/2017, às 14h30min.
Em test. *Sylvia Vieira Brandão* de verdade.
Sylvia Vieira Brandão - Tabelião Substituto
Tel: 31.04.4120.000

Sylvia Vieira Brandão
Tabela Classificatória - Tabelião Substituto

EM BRANCO

Anexo II

Livro ata das Assembleias





ATA Nº 01

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE (SOCIEDADE DOS AGRICULTORES COOPERADOS DO NÚCLEO DE RESISTÊNCIA ELDOorado DOS CARAJÁS).

AOS CINCO DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E ANOS, ÀS SETE HORAS, NO LOCAL DE REUNIÃO DO GRUPO 17 (DEZESETE), SITUADO NO LOTE 080, ASSENTAMENTO CONQUISTA NA FRONTEIRA MST/ITAMARATI, MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, REUNIRAM-SE COM O PROPÓSITO DE CONSTITUIR UMA ASSOCIAÇÃO, AS SEGUINTEs PESSOAS: WANDIA ROQUE FERREIRAS DA SILVA - CPF: 117.242.728-37 e RG: 23.522.3084 SSI/SP, NATURAL DE PONTO MURTINHO - MS, 41 ANOS DE IDADE, CASADO; TERCÍLIO ANTUNES - CPF: 956.220.201-15 e RG: 8.087.756-0-SSI/PR, NATURAL DE SÃO LAURENÇO D'OESTE - SC, 26 ANOS DE IDADE, AMASIADO; LUCIANO JOSÉ HELING, CPF: 888.858.011-53 e RG: 001.060.714-SSI/MS, NATURAL DE PONTA PORÃ - MS, 23 ANOS DE IDADE, AMASIADO; ANA CARLA FERRARI, CPF: 976.227.611-68 e RG: 001.299.436-SSI/MS, NATURAL DE GLÓRIA DE DOURADOS - MS, 21 ANOS DE IDADE, SOLTEIRA; ODINEY DA SILVA, CPF: 638.407.901-15 e RG: 729.947-SSI/MS, NATURAL DE RIO VERDE DO MATO GROSSO - MT, 29 ANOS DE IDADE, SOLTEIRO; ADRIANA NOVAIS DA SILVA - RG: 33.891.011-9-SSI/SP e CPF: 184.119.168-04, NATURAL DE 26 ANOS DE IDADE, DIBO NATAL DE BARUERI - SP, 26 ANOS DE IDADE, AMASIADA; MARGIA SEVERINO BARILHE, CPF: 928.652.321-15 e RG: 1139439-SSI/MS, NATURAL DE MUNDO NOVO - MS, 23 ANOS DE IDADE, AMASIADA; SEBASTIÃO SIMÃO, CPF: 938.697.629-34 e RG: 587.3168-4 SSI/PR, NATURAL DE CASCAVEL - PR, 42 ANOS DE IDADE, CASADO; CLAUDEMIR SIMÃO, CPF: 78.207.281-20 e RG: 800.1806-0 SSI/PR, NATURAL DE CORBÉLIA - PR, 22 ANOS DE IDADE, AMASIADO; VALDIR JACQUES FERREIRAS, CPF: 937.763.359-49 e RG: 5183780-0 SSI/PR, NATURAL DE SÃO JERGE D'OESTE - PR, 30 ANOS DE IDADE, AMASIADO.

072
072
EDUARDO SCHWINGEL CPF: 008.488.881-46 e RG: 6.881.500
SSP/PR, NATURAL DE PÉROLA D'ESTE - PR, 25 ANOS DE IDADE,
AMASIADO; RAMÃO GOMES BRANCO, CPF: 828.432.101-78 e
RG: 945.132 SSP/MS, NATURAL DE PONTA PORÃ-MS, 27 ANOS DE
IDADE, AMASIADO; WANDERLEI DE ALMEIDA GODOY, CPF:
518.390.401 e RG: 64.920 SSP/MS, NATURAL DE ANAMBÁ-MS,
35 ANOS DE IDADE, CASADO; MARCELO MOREIRA DA SILVA
CPF: 043.072.899-84 e RG: 834.6525-5 SSP/PR, NATURAL DE
FÓZ DE IGUAÇU - PR, 23 ANOS DE IDADE, AMASIADO; ADEMILTON
MARQUES SIMÃO RG: 9509016-5 SSP/PR, NATURAL DE COA-
BÉLIA - PR, 19 ANOS DE IDADE, SOLTEIRO; CASSIOPINA MARQUES
SIMÃO, CPF: 732.271.001-87 e RG: 9044.257.0 SSP/PR, NATURAL
DE JUAÍPORÃ - PR, 42 ANOS DE IDADE, CASADA; SÉRGIO LUIZ
FRANCELINO DIAS, CPF: 012.886.811-71 e RG: 001.485.031 SSP/MS,
NATURAL DE DOURADOS - MS, 23 ANOS DE IDADE, AMASIADO;
DINALVA FERREIRA FERNANDES DA SILVA, CPF: ~~117~~ 218.108-03 e
RG: 23.773.390-0 SSP/SP, NATURAL DE SAMOÍDÃO - SP, 37 ANOS
DE IDADE, CASADA; EMÍLIA CAVALCANTE GODOY, CPF: 008.238.681-13
e RG: 001.460.401 SSP/MS, NATURAL DE DOURADOS - MS, 23 ANOS DE
IDADE, CASADA; JANICE SCHWINGEL, RG: 7.866.580-7 SSP/PR,
NATURAL DE PÉROLA D'ESTE - PR, 24 ANOS DE IDADE, AMASIADA;
MARISETE IVES RESMINI, CPF: 033.276.379-03 e RG: 141R-2096116
SSP/SC, NATURAL DE CARCÓRDIA - SC, 29 ANOS DE IDADE, AMASIADA;
WANDERLEI FERREIRA BISPO, CPF: 134.998.122-00 e RG: 174.250
SSP/MT, NATURAL DE PORTO MOURA FINHO - MS, 49 ANOS DE IDADE,
DESEPARADO; SUZANARA PLACIDA ALEXO BARBOSA, CPF: 014.299.
361.31 e RG: 001.519.187 SSP/MS, NATURAL DE LARANJAL - PIAUÍ,
20 ANOS DE IDADE, AMASIADA; MARTINE TEÓFILO DE SOUZA
CPF: 979.741.021-87 e RG: 001.301.544 SSP/MS, NATURAL DE
PONTA PORÃ-MS, 20 ANOS DE IDADE, AMASIADA. TODOS ALI-
NHA MATRICULADOS, SÃO BRASILEIROS, AGRICULTORES E RESI-
DENTES NO PUNTO DE RESISTÊNCIA ELICIONADO DOS CARAJÁS
ATE O20, PROJETO DE ASSENTAMENTO CONQUISTA NA FORTA-

FEIRA - INSTITUIÇÃO, ZONA RURAL, MUNICÍPIO DE PONTA
 PARA - MS. Com pleno exercício de direitos de cidadã
 Dões Brasileiros e desimpedidos para se formarem sócios
 da associação, os presentes escolheram Henrique Ci-
 ceno dos Santos para coordenar os trabalhos da
 assembleia, o qual escolheu a mim, Luciano José He-
 lingo para lavrar a seguinte ata, do presente
 ata. O senhor coordenador solicitou que fosse feita
 a leitura do edital de convocação, que estava enca-
 sada nos seguintes pontos: 1) convocação da Assen-
 bleia Geral a qual se realizará no dia cinco (05) de
 maio de dois mil e três (2003), no núcleo de proce-
 dia às 7:00 horas com a seguinte ordem do dia:
 1º) Fundação da Social; 2º) análise e aprovação do es-
 tatuto social e Regimento Interno da Associação;
 3º) eleições dos órgãos sociais e administrativos, res-
 sumos Gerais; assinam o edital, Henrique Ciceno dos
 Santos e Luciano José Helingo, Ponta Para - MS, data de
 de abril de dois mil e três (2003). O edital em ordem
 do dia foram aprovados por todos os presentes. Cum-
 prindo a ordem do dia o senhor coordenador, solici-
 tou que fosse lido, explicado e debatido o estatuto social
 da sociedade, anteriormente elaborada, o que foi feito
 artigo por artigo e posto em votação, onde foi apro-
 vado por todos os presentes. Na sequência o senhor
 coordenador encaminha a eleição dos órgãos sociais e
 administrativo. O representante escolhido para as-
 sembleia para o Conselho Fiscal Anual foi Ciraco
 Passa a coordenar os trabalhos da eleição. E assim
 procedeu-se a eleição, sendo eleitos por unanimidade os
 seguintes membros; Coordenador Geral: Sebastião Simão,
 Coordenador Adjunto: Valdir José Gonçalves; Coordenador
 do Tesouraria: Wanderson de Almeida Cordey e Coordenador

Junta da Terceira: Manoel José Resende; Conselho
 da Secretaria: Luciano José Helito e Conselho
 da Junta da Secretaria: Ramon Gimenes Branco
 Outros também para o Conselho Fiscal como membros
 efetivos para Carla Ferraz, Privaldo Cirico, Expier
 Schenberg e como membros suplentes Ademar Mar-
 ques Simão, Marcia Severino Barille e Marlene
 Teofilo de Souza. Os membros de fato foram im-
 ediatamente empossados em seus cargos e a convenção
 geral foi convocada pelos presentes a assumir os fun-
 ções da assembleia, onde este abraçou a decisão e
 declarou constituída a Sociedade (Sociedade dos A-
 gricultores Cooperados do Nucleo de Resistencia do
 Distrito dos Carajás). Com sede no lote 080, comu-
 nidade Boa Esperança, Assentamento Conquista na Es-
 trada - Ant. Itamarati, Lote 080 - MS em seguida con-
 stituiu-se a assembleia, sem mais a declarar lida e
 lida a ata que será assinada por mim Luciano José
 Helito e pelos demais presentes. Luciano José Helito,
 Marcelo M. da Silva, Valdir J. Gonçalves, Adriana Nogueira da
 Silva, Ramon Branco, Marlene Teofilo de Souza,
 Wandir Raquel Fernandes da Silva, Pinelva Geneira Fernandes
 da Silva, Sebastião Simão, Claudenir Simão, Suzamara
 Aparecida Alvaro Barbosa, Janice Sauerling, Ademar Marques Simão,
 Wanduley de Almeida Gadoz, Emilia Conceição Gadoz, *(assinatura)*
 T. G.

Almir da Silva Martins
 Advogado
 OAB-MS 8988

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS	
PROTOCOLADO N.º DATA SOB N.º	
LIVRO N.º	E REGISTRO SOB N.º
0426	1º p-3
	03/10/2003

ATA Nº 02

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA
SOCIAPEC (SOCIEDADE DOS AGRICULTORES COOPERADOS
DO NÚCLEO DE RESISTÊNCIA ALDORADO DOS CARAJÓS)
DOS CINCO, DÍGEO 24 (VINTE E QUATRO) DIAS DO
MÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E TRÊS, ÀS SETE HO-
RAS, NO LOCAL DE REUNIÃO DO GALPÃO 12 (DOZES),
SITUADO NO LOTE 080, COMUNIDADE BOA ESPERANÇA,
ASSENTAMENTO CONQUISTA NA FRONTEIRA ITAMARAJÓ,
MST, MUNICÍPIO DE PONTA PENA, ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL, REUNIAM-SE COM O OBJETIVO
DE DELIBERAR SOBRE A SEGUINTE ORDEM DO DIA:
① LEITURA E APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA; ② CON-
FERÊNCIA DO QUÓRUM; ③ AUTORIZAÇÃO DA ABERTURA
DA CONTA BANCÁRIA BANCÁRIA; ④ MUDANÇA DO ESTATU-
TO DA SOCIAPEC; DÁ-SE A ABERTURA DA ASSEMBLÉIA
ONDE O COORDENADOR GERAL FAZ A LEITURA DA
ORDEM DO DIA E EM SEGUNDA PASSAGEM TRABALHA POR
O CONSELHO FISCAL QUE DELIBERA SOBRE O SEGUNDO
PUNTO, ONDE FIZERAM A CONFERÊNCIA DO QUÓRUM,
TENDO 100% DOS SÓCIOS PRESENTES, O CONSELHO FI-
SCAL PASSA A PALAVRA AO COORDENADOR GERAL DANDO
LHE AUTONOMIA PARA PROSEGUIR OS TRABALHOS. O CO-
ORDENADOR GERAL PASSA PARA O TERCEIRO PUNTO DA
ORDEM DO DIA: AUTORIZAÇÃO DA ABERTURA DA
CONTA BANCÁRIA; O COORDENADOR PÔR O PUNTO EM
DISCUSSÃO, ONDE A ASSEMBLÉIA DELIBERA E APROVA
POR 23 VOTOS FAVORÁVEIS E NENHUM VOTO CONTRA, QUE
A CONTA SEJA ABERTA EM NOME DO FISCAL GERAL E
COORDENADOR GERAL E QUE SEJA NA AGÊNCIA DO
BANCO DO BRASIL, O COORDENADOR EXTRAORDINÁRIO
FAZ A APROVAÇÃO E PASSA PARA O QUARTO PUNTO DA
ORDEM DO DIA: MUDANÇA DO ESTATU-

07/04
feto da Social; a mudança se refere ao
Título VI - da Diretoria, Art 22º, Letra D, onde
consta ao Coordenador Geral Assinar contratos, con-
tratos, convênios e outros documentos da sociedade,
sendo que nesta letra deve ser acrescentado a
A vírgula final a frase juntamente com o tesoureiro
e ficando assim: Assinar contratos, con-
vênios e outros documentos da sociedade jun-
tamente com o tesoureiro; a segunda mudança refe-
re-se ao Capítulo VI - da Diretoria, Art 26º, le-
tra A, onde consta ao tesoureiro, Assinar contratos,
e efetuar pagamentos juntamente com o coordena-
dor geral; nesta letra, deve aparecer o acréscimo
da seguinte frase: juntamente com o coordena-
dor geral; ficando da seguinte forma: Assinar
contratos e efetuar pagamentos juntamente com o
Coordenador Geral; Após esta deliberação e escla-
recimento o Coordenador Geral pôs em discussão
onde a assembleia aprovou as mudanças assina-
das por 24 votos favoráveis e nenhum voto contra.
O Coordenador passa a fazer os encaminhamentos
necessários e logo após deve se apresentar à assembleia
sem nada mais a declarar inserindo a presente ata
que será assinada por mim, secretário, Luciano José
Helino e pelos demais presentes. Luciano José Helino,
Luciano José Helino, Yeddy Subartia Simão - Emilia
Luisado Godoi, Valdir S. Gonçalves, Ana Paula Ferrari Souza,
Luiz Francisco Dias, Edson Schirinski, Janice Schmigel, Maria
Suzanne Tercilio Antunes, Claudemir J. Moraes - Suzana
da Aparecida Albuquerque Gomes, Branca Marlene Fiala
Gomes, Marcelo e Sandra Ingrid Pinheiro Fernandes da Silva,
Ira Sereira Fernandes da Silva, Maristela dos Passos,
Cibele Maria da Silva, Conceição Ferreira B.S.P.O.

Costarina Marques Simões, Adorno Marques Simões, Sidney de
Silva

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

PROTOCOLADO N.º / DATA SOB N.º

LIVRO 0426 F. 2-4

2.º DUT 2003

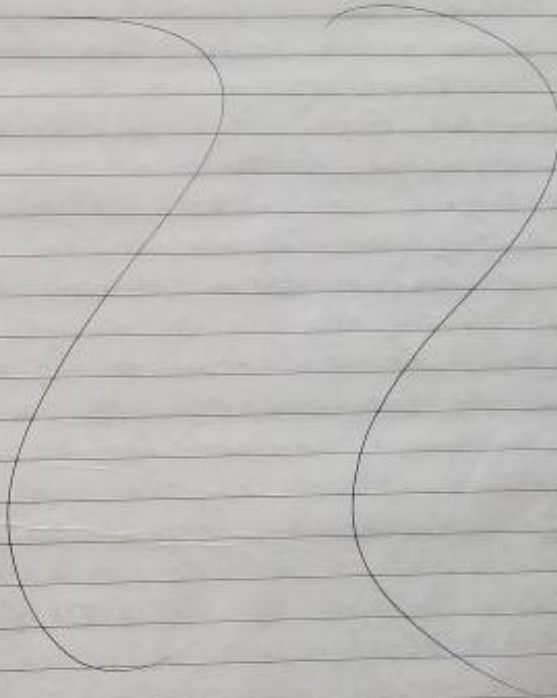
[Handwritten Signature]

SECRETARIA DE REGISTRO E CARTÓGRAFIA

UNILIBRO MARQUÊS
COMO O SEU N.º DE
AUTENTICIDADE

PROFESSOR GERAL
DE SUPLENTE DE SUPLENTE
DE SUPLENTE DE SUPLENTE

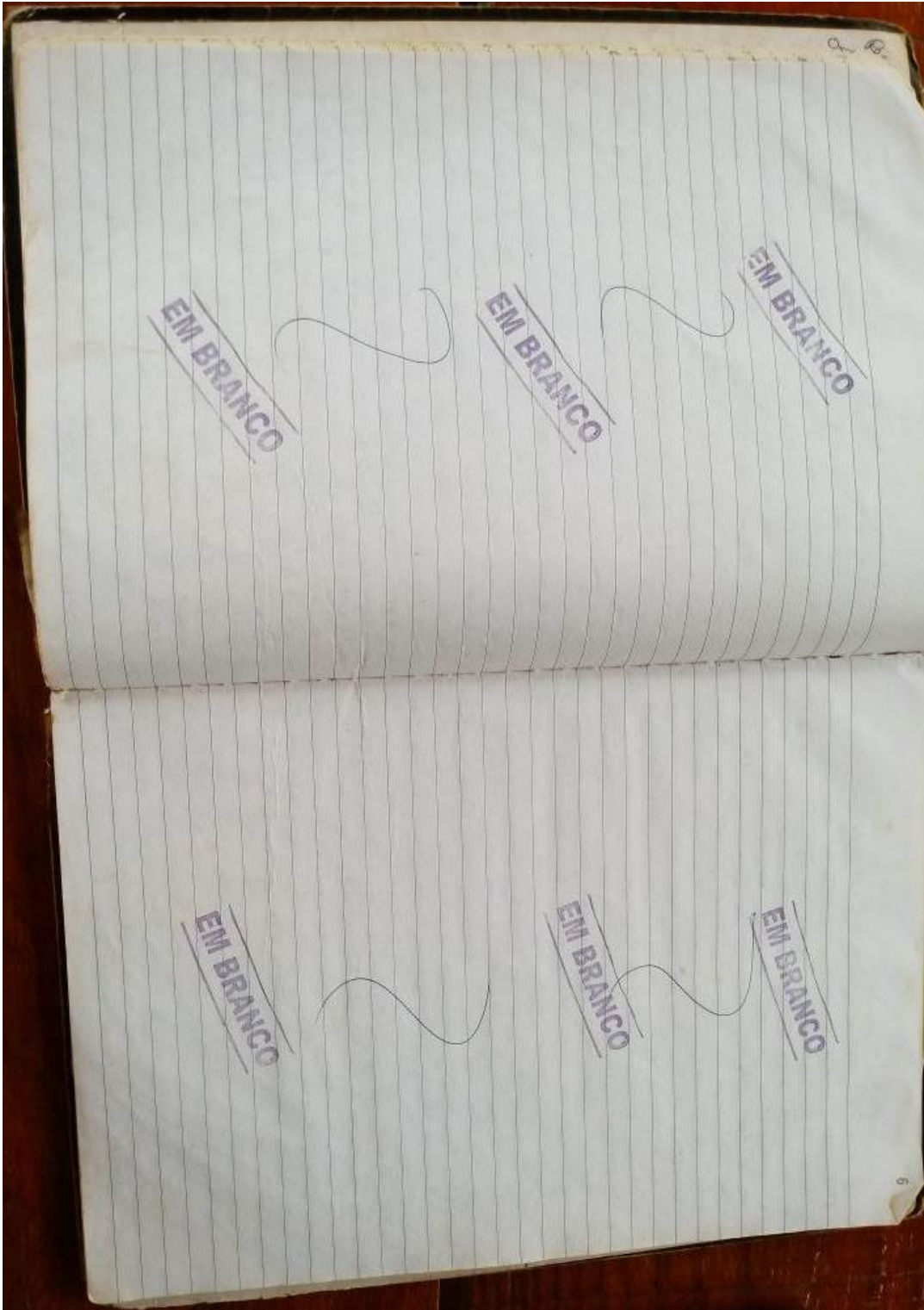
SELLO DE AUTENTICIDADE
N.º REG. 61879




Ata da reunião geral da Associação de Sociedades de Residência em Vila Rica, realizada em 19 de maio de 1953.

Aberto a reunião às 19h30m, com a presença de 12 membros. O presidente, Sr. ...


Aberto a reunião às 19h30m, com a presença de 12 membros. O presidente, Sr. ...




 1001
 INSTITUTO DE PESQUISA JURÍDICA
 FORTI 10 FORTI 10

O conceito de ordem jurídica em distribuições por
 fronteiras é uma fonte na qual a coordenação por
 meios substanciais ou jurídicos é realizada de modo
 que o estado mantenha o domínio e a integridade
 dos limites territoriais e administrativos. Para
 isso, o Estado pode recorrer a meios materiais
 ou jurídicos para estabelecer a ordem jurídica.
 A ordem jurídica é a base da organização política
 e social de um Estado. Ela é formada por um
 conjunto de normas jurídicas que regulam a
 vida em sociedade. A ordem jurídica é
 essencial para a existência de um Estado.
 Ela é formada por um conjunto de normas
 jurídicas que regulam a vida em sociedade.
 A ordem jurídica é essencial para a existência
 de um Estado. Ela é formada por um conjunto
 de normas jurídicas que regulam a vida em
 sociedade.

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA


 30
 INSTITUTO DE PESQUISA JURÍDICA
 FORTI 10 FORTI 10

O conceito de ordem jurídica em distribuições por
 fronteiras é uma fonte na qual a coordenação por
 meios substanciais ou jurídicos é realizada de modo
 que o estado mantenha o domínio e a integridade
 dos limites territoriais e administrativos. Para
 isso, o Estado pode recorrer a meios materiais
 ou jurídicos para estabelecer a ordem jurídica.
 A ordem jurídica é a base da organização política
 e social de um Estado. Ela é formada por um
 conjunto de normas jurídicas que regulam a
 vida em sociedade. A ordem jurídica é
 essencial para a existência de um Estado.
 Ela é formada por um conjunto de normas
 jurídicas que regulam a vida em sociedade.
 A ordem jurídica é essencial para a existência
 de um Estado. Ela é formada por um conjunto
 de normas jurídicas que regulam a vida em
 sociedade.

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

... e também para que tenham o auxílio de sempre...

... e também para que tenham o auxílio de sempre...

... e também para que tenham o auxílio de sempre...

... e também para que tenham o auxílio de sempre...

... e também para que tenham o auxílio de sempre...

... e também para que tenham o auxílio de sempre...

div. 1ª) Reducción de nuevos bienes; 2ª) Planeo de apoyo de producción de bienes. El ordenador del Consenso Social fue el Consenso Fiscal que fijó el compromiso de la suma que debería ser el puntaje de la 62/74 por cada). Desde marzo de 1957 se redujo el presupuesto de gastos de la misma de 2 025 225 55 P/M\$; a tal punto que los gastos de personas físicas se redujeron en 558 335 131-01 netos, siendo agendada por unanimidad. Por ende se redujo el monto de los gastos de la 62/74 por cada. En la segunda sesión del Comité de la Reducción de Gastos se acordó que el programa de reducción de gastos se aplicara en la medida de lo posible, pero sin afectar el funcionamiento de los servicios esenciales. Se acordó que se aplicara el programa de reducción de gastos en la medida de lo posible, pero sin afectar el funcionamiento de los servicios esenciales. Se acordó que se aplicara el programa de reducción de gastos en la medida de lo posible, pero sin afectar el funcionamiento de los servicios esenciales.

Este último punto de la resolución de la Comisión de la Reducción de Gastos se refiere a la aplicación del programa de reducción de gastos en la medida de lo posible, pero sin afectar el funcionamiento de los servicios esenciales. Se acordó que se aplicara el programa de reducción de gastos en la medida de lo posible, pero sin afectar el funcionamiento de los servicios esenciales. Se acordó que se aplicara el programa de reducción de gastos en la medida de lo posible, pero sin afectar el funcionamiento de los servicios esenciales. Se acordó que se aplicara el programa de reducción de gastos en la medida de lo posible, pero sin afectar el funcionamiento de los servicios esenciales. Se acordó que se aplicara el programa de reducción de gastos en la medida de lo posible, pero sin afectar el funcionamiento de los servicios esenciales. Se acordó que se aplicara el programa de reducción de gastos en la medida de lo posible, pero sin afectar el funcionamiento de los servicios esenciales.

1º SERVIÇO NOTARIAL E DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS FORÇA PÚBLICA

PROCURAÇÃO Nº 03801.82 DE 18/02/2017

depois de lido, por este Tabelião, no ato da emissão do presente instrumento, foi observado que o Sr. JOSÉ ROBERTO DE SOUZA, portador do CPF nº 038.018.478-71, é casado com a Sra. ROSA MARIA DE SOUZA, portadora do CPF nº 038.018.478-71, e ambos possuem filhos, a saber: JOSÉ ROBERTO DE SOUZA, portador do CPF nº 038.018.478-71, e ROSA MARIA DE SOUZA, portadora do CPF nº 038.018.478-71.

depois de lido nº 426

depois de lido nº 426

depois de lido nº 426

1º SERVIÇO NOTARIAL E DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS FORÇA PÚBLICA

PROCURAÇÃO Nº 03801.82 DE 18/02/2017

depois de lido, por este Tabelião, no ato da emissão do presente instrumento, foi observado que o Sr. JOSÉ ROBERTO DE SOUZA, portador do CPF nº 038.018.478-71, é casado com a Sra. ROSA MARIA DE SOUZA, portadora do CPF nº 038.018.478-71, e ambos possuem filhos, a saber: JOSÉ ROBERTO DE SOUZA, portador do CPF nº 038.018.478-71, e ROSA MARIA DE SOUZA, portadora do CPF nº 038.018.478-71.

depois de lido nº 426

depois de lido nº 426

depois de lido nº 426

Silvia Vieira Brito
Tabelião de Notas
Pós-Graduada em Direito
Pós-Graduada em Direito
Pós-Graduada em Direito

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA
SECRETARIA DE REGISTRO E TITULOS
SECRETARIA DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS
SECRETARIA DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS

Nome	JOSÉ ROBERTO DE SOUZA
CPF	038.018.478-71
Endereço	Rua ... nº ...
Cidade	...
UF	...
CEP	...
Assinatura	[Assinatura]
Data	...